

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**IURI ENDO LOBO**

**POR QUE A CULPA É DO OCIDENTE:  
ANÁLISE COMPARATIVA DAS CRISES DA UCRÂNIA E DA GEÓRGIA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2016**

**IURI ENDO LOBO**

**POR QUE A CULPA É DO OCIDENTE:  
ANÁLISE COMPARATIVA DAS CRISES DA UCRÂNIA E DA GEÓRGIA**

Monografia submetida, no semestre 2016.2, ao Curso de Relações Internacionais, como exigência obrigatória para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende.

**FLORIANÓPOLIS**

**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao acadêmico Iuri Endo Lobo na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado: Por que a Culpa é do Ocidente: Análise Comparativa das Crises da Ucrânia e da Geórgia.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende.

---

Prof. Dra. Graciela de Conti Pagliari.

---

Prof. Dr. Fred Leite Siqueira Campos.

**FLORIANÓPOLIS**

**2016**

“Enlarging the Alliance [OTAN] will promote our interests by reducing the risk of instability or conflict in Europe’s eastern half – the region where two world wars and the Cold War began. It will help assure that no part of Europe will revert a zone of great power competition or a sphere of influence. It will build confidence and give new democracies a powerful incentive to consolidate their reforms” (UNITED STATES, 1996, p. 38).

“For all the internal processes within the organisation, NATO remains a military alliance, and we are against having a military alliance making itself at home right in our backyard or in our historic territory” (PUTIN, 2014, s/p).

## RESUMO

Em 2008, a Rússia interveio na Geórgia e reconheceu a independência das províncias separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia. Em 2014, a Rússia promoveu ação militar na Ucrânia e anexou a península da Crimeia ao território russo. A presente pesquisa tem como objetivo verificar se a argumentação de Mearsheimer (2014), segundo a qual a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, é aplicável à crise da Geórgia. A pergunta de partida, portanto, é a seguinte: a crise da Geórgia, à luz das ideias de Mearsheimer (2001; 2014), também foi culpa do Ocidente? Para responder à pergunta, é realizada análise comparativa entre as duas crises. Em primeiro lugar, os principais pressupostos do realismo ofensivo são apresentados. Em segundo lugar, as principais variáveis apresentadas por Mearsheimer (2014) para defender que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente são identificadas e descritas. Em terceiro lugar, é verificado se as variáveis que conferem a responsabilidade pela crise da Ucrânia apresentadas por Mearsheimer (2014) se manifestaram também na Geórgia. Por fim, a argumentação de Mearsheimer (2014) é embasada com conceitos da teoria realista ofensiva. Como resultado da pesquisa, constatou-se que as variáveis com base nas quais Mearsheimer (2014) afirma que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente se manifestaram na Geórgia. Desse modo, a conclusão da pesquisa aponta que a crise da Geórgia de 2008, conforme as variáveis apresentadas por Mearsheimer (2014), também foi culpa do Ocidente.

**Palavras-chave:** Ocidente, Ucrânia, Geórgia, crise, culpa.

## ABSTRACT

In 2008, Russia intervened in Georgia and recognised the independence of the two secessionist provinces of South Ossetia and Abkhazia. In 2014, Russia promoted military action in Ukraine and annexed the peninsula of Crimea to the Russian territory. The present research aims at verifying if Mearsheimer's (2014) arguments, according to which the Ukraine crisis is the West's fault, is applicable to the Georgian crisis. The key question, therefore, is as follows: is the Georgian crisis, according to Mearsheimer's ideas, also the West's fault? To answer this question, a comparative analysis between the two crises was made. First, the core assumptions of offensive realism were presented. Second, the main variables presented by Mearsheimer (2014) to defend that the Ukraine crisis is the West's fault were identified and described. Third, it was verified if the variables that grant the responsibility for the Ukraine crisis, as presented by Mearsheimer (2014), were also present in Georgia. Lastly, Mearsheimer's (2014) arguments were underpinned with offensive realist concepts. As a result, it was verified that the variables upon which Mearsheimer (2014) asserts that the Ukraine crisis is the West's fault manifested themselves in Georgia. Thereby, the conclusion of the research indicates that the Georgian crisis of 2008, according to the variables presented by Mearsheimer (2014), is also the West's fault.

**Keywords:** West, Ukraine, Georgia, crisis, fault.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A OTAN Durante a Guerra Fria.....	23
Mapa 2 – Expansão da OTAN.....	24
Mapa 3 – Revoluções Coloridas.....	28
Mapa 4 – Preferência de Voto nas Eleições Presidenciais Ucrânicas de 2004 .....	32
Mapa 5 – Processos de Alargamento da União Europeia.....	36
Mapa 6 – Parceria Oriental.....	38
Mapa 7 – Península da Crimeia.....	43
Mapa 8 – Avanço da OTAN sobre a Planície Europeia.....	46
Mapa 9 – Mudanças das Fronteiras Russas e de sua Área de Influência .....	51
Mapa 10 – Províncias Separatistas da Geórgia .....	61
Mapa 11 – Cáucaso e Ásia Central.....	65
Mapa 12 – Principais Gasodutos e Oleodutos Euroasiáticos .....	67
Mapa 13 – O Cáucaso como Rota de Transporte de Bens Energéticos do Mar Cáspio para a Europa.....	69

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Principais Teorias Realistas de Relações Internacionais .....	15
--	----



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIA – *Central Intelligence Agency*

MAP – *Membership Action Plan*

NDI – *National Democratic Institute*

NED – *National Endowment for Democracy*

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1. OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3. METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. APARATO TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. PANORAMA DO PENSAMENTO REALISTA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>3. CRISE DA UCRÂNIA.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1. AVANÇO DA OTAN.....</b>	<b>22</b>
<b>3.2. PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E REVOLUÇÕES COLORIDAS.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3. EXPANSÃO DA UNIÃO EUROPEIA .....</b>	<b>35</b>
<b>3.4. POR QUE A CRISE DA UCRÂNIA É CULPA DO OCIDENTE? .....</b>	<b>44</b>
<b>4. CRISE DA GEÓRGIA .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1. AVANÇO DO OCIDENTE.....</b>	<b>55</b>
<b>4.2. POR QUE A CRISE DA GEÓRGIA É CULPA DO OCIDENTE?.....</b>	<b>64</b>
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O pós-Guerra Fria, na Europa, se configurou como uma dualidade. Por um lado, os Estados Unidos saíram do período da bipolaridade como a única superpotência do globo e viveram um “*momentum imperial*”, o que se refletiu na estratégia de integração das repúblicas da extinta União Soviética à esfera de influência ocidental (BANDEIRA, 2013, p. 53, grifo do autor). Por outro lado, debilitada devido ao esfacelamento da União Soviética, a Rússia viu os países que anteriormente compunham a esfera de influência soviética se aproximarem e adotarem padrões político-econômicos do Ocidente. Com efeito, instituições ocidentais – notadamente OTAN e União Europeia – avançaram sobre as antigas repúblicas soviéticas ou, nas palavras de Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa), sobre o “quintal russo”.<sup>1</sup>

Em 1990, contudo, o governo de George H. W. Bush prometera à Mikhail S. Gorbachev, Secretário-Geral da União Soviética, que não haveria expansão da OTAN. Apesar disso, a promessa foi quebrada (GORDON, 1997). Em 1994, Bill Clinton deu início à política de expansão da OTAN, a qual absorveu doze países da Europa Central e Oriental entre 1999 e 2009 (UNITED STATES, 1995).

Ademais, a expansão da OTAN não veio sozinha. Ao mesmo tempo, Washington começava a promover política de *regime change* (mudança de regime) nas recém independentes repúblicas da Europa Central e Oriental – que consistia em promover revoluções populares ou golpes de Estado não violentos, a fim de impulsionar reformas democráticas<sup>2</sup>, livre-mercado e substituição de regimes que ainda adotavam modelo soviético (BANDEIRA, 2013; REISMAN, 2004). Somado à expansão da OTAN e à mudança de regime, o terceiro cavalo da tróica foi o alargamento da União Europeia, a qual incorporou quinze novos membros entre 1995 e 2013 (ARCHICK; MORELLI, 2014).

Assim sendo, o Ocidente – isto é, Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental – chegou nas fronteiras russas. Em 2004, a OTAN, maior ameaça à União Soviética na Europa durante a Guerra Fria, incorporou os três países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, dos

<sup>1</sup> No original: “Russian backyard”.

<sup>2</sup> A política de mudança de regime promovida pelo Ocidente se alicerçou sobre o discurso de *promoção da democracia*, a qual se concretizou por meio de *revoluções democráticas*. Diversos autores, no entanto, criticam o uso das palavras *revolução* e *democracia* para definir as reformas políticas financiadas pelo Ocidente. Para Sussman e Krader (2008), por exemplo, governos e mídias ocidentais utilizaram esses termos sem se ater devidamente ao seu significado. Em muitos casos, apesar da retórica da *democracia*, os governos se mantiveram autoritários ou semiautoritários mesmo após a aplicação bem-sucedida da mudança de regime. Mediante esse discurso de *promoção da democracia*, como afirma Mearsheimer (2015), o que o Ocidente fez foi, em verdade, espalhar governos pró-Ocidente ao redor do mundo – essa era a intenção primordial da mudança de regime. E, quando possível, instituiu governos democráticos nesses países. Embora muitos autores reconheçam que a retórica da *promoção da democracia* não buscasse primordialmente promover, de fato, a democracia, como esse debate não é o objeto da presente pesquisa, os termos *revolução* e *democracia* serão sistematicamente utilizados, tendo em vista a ambiguidade de seu significado (REISMAN, 2004).

quais os dois primeiros fazem fronteira com o território contíguo da Rússia, a cerca de seiscentos quilômetros de Moscou. A aliança atlântica, portanto, estava a bater na porta de Moscou (MEARSHEIMER, 2014).

A Rússia, todavia, “não teve força nem condições para evitar que a OTAN continuasse a incorporar as repúblicas orientais” da antiga União Soviética (BANDEIRA, 2013, p. 55). Por isso, o Kremlin teve que assistir de braços cruzados ao avanço do Ocidente sobre a antiga esfera de influência soviética durante as décadas de 1990 e 2000 (BANDEIRA, 2013).

Mas, quando foi publicada a declaração da Reunião de Cúpula da OTAN de Bucareste, em 2008, Washington tinha ido longe demais (MEARSHEIMER, 2014). De acordo com a declaração, a OTAN dava as boas-vindas à Ucrânia à Geórgia, e afirmou que os dois países se tornariam, mesmo que sem data prevista, membros efetivos da aliança (NATO, 2008). Essa declaração foi reconhecida por Moscou como a última gota d’água, tendo em vista que Ucrânia e Geórgia representam interesse estratégico fundamental para a Rússia, e, por isso, seria inaceitável que os dois países entrassem para a OTAN segundo o cálculo estratégico russo (MEARSHEIMER, 2015; KOCHLADZE, 2016).

A resposta de Moscou foi clara. Quatro meses após a reunião de Bucareste, a Rússia invadiu a Geórgia, sob o pretexto de proteger minorias étnicas que se encontravam no território georgiano e estavam sendo atacadas pelas forças armadas da Geórgia. O conflito durou cinco dias e foi um sucesso para a Rússia: as tropas georgianas foram derrotadas, o Kremlin reconheceu a independência dos dois enclaves étnicos da Ossétia do Sul e da Abecásia e manteve contingentes militares nos dois territórios para protegê-los de possíveis novas investidas do governo georgiano (KING, 2008).

Além disso, em 2014, Moscou respondeu ao Ocidente ainda mais duramente. A Ucrânia vivia turbulências sociais desde novembro de 2013, cujo estopim fora a recusa do Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia para, em vez deste, firmar um acordo de assistência econômica oferecido pela Rússia. Tal reviravolta despertou manifestações pró-União Europeia em Kiev, capital da Ucrânia, as quais culminaram na destituição do presidente pró-Rússia, Yanukovich. O presidente Putin, não aceitando o que chamou de golpe de Estado, resolveu intervir na Ucrânia, o que resultou na anexação da península da Crimeia, no sul do país, ao território da Federação Russa, em março de 2014 (PLEKHANOV, 2015; MEARSHEIMER, 2014).

No mesmo ano, Mearsheimer (2014) publicou artigo na revista *Foreign Affairs* intitulado *Why the Ukraine Crisis is the West’s Fault* (Por que a Crise da Ucrânia é Culpa do

Ocidente). Diferentemente do pensamento convencional, que coloca sobre Putin a responsabilidade pela crise, o autor argumenta que o Ocidente detém a maior parcela de culpa pelo que ocorreu na Ucrânia.<sup>3</sup> A razão para isso é que o Ocidente ameaçou interesse estratégico fundamental da Rússia ao buscar tornar a Ucrânia um bastião do Ocidente na porta de Moscou.

Em sua argumentação, Mearsheimer (2014) utiliza quatro variáveis centrais, que consistem, primeiramente, em três causas profundas: (1) expansão da OTAN, (2) alargamento da União Europeia, e (3) promoção da democracia; e uma condicionante: (4) Ucrânia como interesse estratégico fundamental para a Rússia. De acordo com o autor (2015), as três causas profundas, mais a condicionante, explicam por que a culpa pela crise da Ucrânia foi do Ocidente. Devido às quatro variáveis, portanto, o Ocidente não deixou outra alternativa à Rússia, senão agir agressivamente para assegurar seus interesses estratégicos na Ucrânia, o que ocasionou a anexação da Crimeia (MEARSHEIMER, 2014).

As duas respostas da Rússia ao avanço do Ocidente, então, constituem o objeto de pesquisa, isto é: as crises da Geórgia de 2008 e da Ucrânia de 2014.<sup>4</sup>

Tendo em vista que, para Mearsheimer (2014), a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, a presente pesquisa parte da pergunta: de acordo com a teoria realista ofensiva (MEARSHEIMER, 2001), a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente? Assim sendo, a temática de estudo se configura como uma análise comparativa entre as duas crises.

A hipótese estabelecida é que, sim, a crise da Geórgia foi culpa do Ocidente, segundo a teoria realista ofensiva (MEARSHEIMER, 2001). A razão para essa hipótese decorre de uma relação de causa e efeito: a política do Ocidente para a Geórgia, que é similar à que foi aplicada na Ucrânia, desencadeou a reação russa expressa pela intervenção na Geórgia. O raciocínio aplicado baseia-se na comparação entre as causas das crises da Ucrânia e da Geórgia – a ação do Ocidente nos dois países. Portanto, se a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, e as crises da Ucrânia e da Geórgia decorrem das mesmas causas; logo, a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente.

---

<sup>3</sup> Ao longo de todo o trabalho, será feita referência à ideia de Mearsheimer (2014) de que a culpa pela crise da Ucrânia foi do Ocidente. Salienta-se, em primeiro lugar, que o sentido da palavra culpa será utilizado como sinônimo de responsabilidade, isto é, o culpado é aquele que detém maior parte da responsabilidade. Não se quer, por conseguinte, atribuir à palavra culpa qualquer tipo de acusação moral ou julgamento de valor. Em segundo lugar, destaca-se que a pesquisa não infere que *toda* a culpa reside no Ocidente, e que a Rússia exerce mero papel de vítima. O que se quer dizer com essa afirmação é que o Ocidente foi, de fato, o maior responsável pela crise, o que não isenta a Rússia de parcela, mesmo que menor, de responsabilidade. O Ocidente foi, portanto, o maior responsável, por ter avançado sobre o *quintal russo*, mas não necessariamente o único (MEARSHEIMER, 2014).

<sup>4</sup> Daqui em diante, as crises da Geórgia de 2008 e da Ucrânia de 2014 serão referidas simplesmente como crise da Geórgia e crise da Ucrânia, ficando, dessa forma, subentendidos os anos em que elas ocorreram.

## 1.1. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa consiste em comparar as crises da Ucrânia e da Geórgia, a fim de verificar se a crise da Geórgia, seguindo a teoria e a metodologia de Mearsheimer (2001; 2014), também foi culpa do Ocidente.

Os objetivos específicos se resumem a:

- 1) Identificar os elementos centrais da teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001);
- 2) Descrever as quatro variáveis por meio das quais Mearsheimer (2014) aponta que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente;
- 3) Explicar por que as quatro variáveis conferem a culpa da crise da Ucrânia ao Ocidente, conforme os conceitos fundamentais da teoria de Mearsheimer (2001);
- 4) Demonstrar como as quatro variáveis se manifestaram na Geórgia;
- 5) Comparar as crises da Ucrânia e da Geórgia.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

O tema das crises da Ucrânia e da Geórgia é relevante para o campo de Relações Internacionais por se tratar de assunto, em primeiro lugar, que envolve grandes potências e organizações do sistema internacional, notadamente Rússia, Estados Unidos, OTAN e União Europeia. Em segundo lugar, por envolver o uso de força militar, que pela primeira vez no pós-Guerra Fria foi utilizado por um Estado – a Rússia – para contestar o projeto ocidental de expansão da democracia (BANDEIRA, 2013). E, em terceiro lugar, por ser questão contemporânea, tendo em vista que ambas as crises ocorreram há menos de uma década.

## 1.3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza analógica, porque se inspira na semelhança entre um fenômeno conhecido – crise da Ucrânia – e outro que se quer estudar – crise da Geórgia. Desse modo, em um primeiro momento, são apresentadas a crise da Ucrânia e as principais causas que, segundo Mearsheimer (2014), a acarretaram. Para, em seguida, verificar se as causas da primeira se manifestaram também na segunda.

A hipótese suposta inicialmente possui formato característico de indução formal – ou aristotélica –, pois o raciocínio inferido “passa dele para ele mesmo por ser a soma das partes igual ao todo” (CERVO; et al., 2007, p. 45). O raciocínio da hipótese parte de duas premissas: (1) a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, conforme Mearsheimer (2014), e (2) as crises da Ucrânia e da Geórgia decorreram das mesmas causas – as três causas profundas apontadas por

Mearsheimer (2014). Assim sendo, a conclusão que se infere a partir das duas premissas adiciona nada que já não esteja contido nas premissas, pois, se a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, e as duas crises têm as mesmas causas, é evidente que ambas foram culpa do Ocidente.

No que tange as técnicas de pesquisa empregadas, foram utilizadas a descrição, a comparação, a análise e a síntese. Foram descritos o aparato teórico, as causas profundas da crise da Ucrânia, bem como as próprias crises da Ucrânia e da Geórgia. Em seguida, foram comparadas as duas crises. E, por fim, com base na análise precedente, prosseguiu-se para a etapa da síntese, da qual foram extraídas as conclusões.

Para executar a pesquisa, foram utilizadas fontes secundárias, principalmente artigos e livros. Além disso, recorre-se a publicações da União Europeia, Comissão Europeia e Conselho Europeu, bem como fontes estatais, como do Azerbaijão e dos Estados Unidos. Mas, da bibliografia consultada, a linha-mestra que conduziu o trabalho foi o artigo de Mearsheimer (2014), *Why the Ukraine Crisis is the West's Fault*, e o livro do mesmo autor, *The Tragedy of Great Power Politics* (2001).

#### **1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO**

Após esse Capítulo 1, que é introdutório, o Capítulo 2 apresenta o aparato teórico por meio do qual se explicou o objeto de estudo. No Capítulo 2, em primeiro lugar, descreve-se o debate da tradição realista no qual se insere o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001). E, em segundo lugar, são descritos os traços mais importantes da teoria de Mearsheimer (2001), que foram utilizados para sustentar a argumentação da pesquisa.

O Capítulo 3 trata da crise da Ucrânia, a partir da perspectiva de Mearsheimer (2014). Em primeiro lugar, são descritas as causas profundas da crise. Para tanto, recorreu-se à descrição de: (1) o processo de expansão da OTAN, a partir das negociações realizadas na década de 1990; (2) o processo de alargamento da União Europeia no pós-Guerra Fria; e (3) a política norte-americana de mudança de regime, expressa pelas revoluções coloridas promovidas na Europa Central e Oriental na década de 2000. Além das três causas profundas, são descritos também o estopim e a crise em si, com o intuito de apresentar os principais eventos que a marcaram.

Terminada essa primeira etapa do Capítulo 3, que é meramente descritiva, em um segundo momento é apresentado o conteúdo explicativo da argumentação de Mearsheimer (2014), ou seja, por que as causas profundas apontadas pelo autor, de fato, causaram a crise.

Para embasar essa parte explicativa do capítulo, são retomados os conceitos fundamentais da teoria de Mearsheimer (2001) para conferir sustentação teórica à afirmação de que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente.

O Capítulo 4 trata da crise da Geórgia, e sua estrutura se espelha no capítulo anterior. Assim sendo, em primeiro lugar, foi demonstrado como os três elementos centrais da argumentação de Mearsheimer (2014) se manifestaram também na Geórgia. Essa primeira parte do capítulo descreve: (1) a aproximação entre União Europeia e Geórgia, (2) a Revolução Rosa de 2003, resultado da promoção da democracia na Geórgia financiada pelo Ocidente, e (3) a aproximação entre OTAN e Geórgia.

Tendo demonstrado que as três causas profundas da crise da Ucrânia se manifestaram também na Geórgia, as duas crises são comparadas, na parte final do Capítulo 4, para avaliar se a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente, de acordo com as variáveis estabelecidas por Mearsheimer (2014).

O Capítulo 5, por fim, apresenta as conclusões às quais se chegou com a pesquisa.



## **2. APARATO TEÓRICO**

O objetivo desse capítulo se resume a delimitar o aparato conceitual que será utilizado nos próximos capítulos para interpretar as crises da Ucrânia e da Geórgia. Para isso, como fontes, foram tomadas as obras de Mearsheimer (2001), e de Waltz (2002). As seguintes etapas compõem a estrutura do capítulo: (1) panorama do pensamento realista, que consiste em contextualizar a teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001) no debate realista de Relações Internacionais, e (2) conceitos fundamentais, que serve para apresentar os principais conceitos da teoria realista ofensiva que serão utilizados nos capítulos subsequentes para explicar o objeto de pesquisa.

### **2.1. PANORAMA DO PENSAMENTO REALISTA**

Mearsheimer (2001) refere-se a sua teoria como realismo ofensivo. Mas, afinal de contas, o que é realismo ofensivo e como se diferencia dos demais tipos de realismo no campo de Relações Internacionais? Responder tal pergunta é o objetivo dessa seção 2.1..

A teoria realista ofensiva insere-se em um contexto acadêmico e segue uma tradição teórica. Entender tal contexto faz parte, portanto, do processo de compreensão da própria teoria, sem o qual é impossível entendê-la satisfatoriamente. Assim, será apresentado um panorama do pensamento realista e do debate acadêmico no qual se insere o realismo ofensivo.

Podem-se encontrar diversas categorizações do pensamento realista nos manuais de Relações Internacionais.<sup>5</sup> Contudo, aquela que será empregada aqui é a apresentada por Mearsheimer (2001). O autor divide a tradição realista em três grupos: realismo clássico, realismo defensivo e realismo ofensivo, conforme a Tabela 1. O que diferencia as três correntes é a resposta que cada uma oferece às perguntas: por que os Estados competem? E quanto poder eles buscam?

---

<sup>5</sup> Jackson e Sorensen (2007), por exemplo, separam o pensamento realista em: realismo clássico, neoclássico, estratégico e neorealismo. Embora essa categorização possa ser mais profícua quando se almeja compreender todas as etapas de desenvolvimento do realismo no campo de Relações Internacionais, o objetivo da presente seção é contextualizar o pensamento de Mearsheimer, para o que não interessa despendar tantas linhas em uma exaustiva genealogia da tradição realista, a qual não seria instrumentalizada adiante.

Quadro 1 – Principais Teorias Realistas de Relações Internacionais

	<b>Realismo Clássico</b>	<b>Realismo Defensivo</b>	<b>Realismo Ofensivo</b>
<b>O que leva os Estados a competir por poder?</b>	Desejo por poder inerente aos Estados	Estrutura do sistema	Estrutura do sistema
<b>Quanto poder os Estados buscam?</b>	Tudo o que eles podem ter. Estados maximizam poder relativo, sendo hegemonia seu objetivo final.	Não muito mais do que eles têm. Estados se concentram em manter a balança de poder.	Tudo o que eles podem ter. Estados maximizam poder relativo, sendo hegemonia seu objetivo final.

Fonte: adaptado de MEARSHEIMER, 2001.

Em primeiro lugar, segundo Mearsheimer (2001), do realismo clássico se destaca Morgenthau (2003). Essa vertente do realismo assenta-se sobre a ideia de natureza humana, a qual é movida, de acordo com Morgenthau (2003), por uma ilimitada vontade de poder. Sabendo-se que os Estados são dirigidos por homens, sua ação reflete a natureza humana, “Isto é, Estados têm um insaciável apetite por poder [...], o que significa que eles constantemente buscam oportunidades de tomar a ofensiva e dominar outros Estados” (MEARSHEIMER, 2001, p. 19, tradução nossa).<sup>6</sup> Essa é a principal força no sistema de Estados a impeli-los a competir por poder. Pode-se dizer que, para Morgenthau (2003), a vontade de poder do homem é a causa primordial do conflito no sistema internacional, pois se reflete nos Estados, tornando-os, portanto, maximizadores de poder.

Em segundo lugar, ainda segundo Mearsheimer (2001), do realismo defensivo sobressai Waltz (2002). Para o realismo defensivo, a *estrutura* do sistema internacional exerce o papel que a natureza humana detinha no realismo clássico. Isso quer dizer que a competição por poder não deriva mais da vontade de poder do homem, mas da própria organização do sistema: a anarquia internacional. A anarquia força os Estados a procurar meios próprios para assegurar sua sobrevivência e, conseqüentemente, os leva à competição.

Em terceiro lugar, o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), assim como o defensivo de Waltz (2002), enfatiza a estrutura do sistema em detrimento da natureza humana como fator determinante para a política internacional. Ambos são, por essa característica,

<sup>6</sup> No original: “That is, states have an insatiable appetite for power [...], which means that they constantly look for opportunities to take the offensive and dominate other states.”

realistas estruturalistas. Além disso, concorda que os Estados se preocupam primordialmente com a sobrevivência.

Por outro lado, a distinção entre o realismo defensivo e o ofensivo reside na quantidade de poder que os Estados desejam. Mearsheimer (2001) explica que, para Waltz (2002), a anarquia faz com que os Estados desejem manter sua posição no sistema e sobreviver, em outras palavras, a agir defensivamente, pois, se agirem agressivamente, se tornam ameaça aos seus rivais e os motivam a se unir em aliança contra o Estado agressor. Para o realismo ofensivo, muito pelo contrário, a melhor forma de sobreviver em um sistema anárquico é sendo o mais forte. “O objetivo final de um Estado é ser a hegemonia do sistema” (MEARSHEIMER, 2001, p. 21, tradução nossa).<sup>7</sup> Em resumo, o que distingue o realismo defensivo do ofensivo é a influência da estrutura do sistema sobre o comportamento dos Estados. Para o primeiro, os Estados são constrangidos a agir defensivamente; para o segundo, ofensivamente.

Eis, então, a semelhança entre o realismo clássico de Morgenthau (2003) e o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001): ambos concordam que os Estados são maximizadores de poder. O primeiro por causa da natureza humana; o segundo pela estrutura anárquica do sistema. Tanto Morgenthau (2003) quanto Mearsheimer (2001) acreditam que os Estados sempre buscam oportunidades para aumentar seu poder relativo, com a ressalva de que Mearsheimer (2001) defende que a busca dos Estados por poder não deriva de característica inerente ao homem, mas sim de característica estrutural do sistema.

## 2.2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Na seção anterior, traçou-se panorama da teoria realista, como apresentado por Mearsheimer (2001). Nessa seção 2.2., o objetivo é adentrar na teoria realista ofensiva, apresentando seus conceitos-chave. Essa tarefa será realizada em três passos: (1) apresentação dos cinco pressupostos, (2) descrição do comportamento ofensivo das grandes potências, e (3) definição de poder.

Sucintamente, a ideia central do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001, p. 29, tradução nossa) consiste em que as “Grandes potências [...] estão sempre em busca de oportunidades para ganhar poder sobre seus rivais, sendo hegemonia sua meta final”.<sup>8</sup> A razão

<sup>7</sup> No original: “A state’s ultimate goal is to be the hegemon in the system.”

<sup>8</sup> No original: “Great Powers [...] are always searching for opportunities to gain power over their rivals, with hegemony as their final goal.”

pela qual existe tal competição reside na estrutura anárquica do sistema internacional, como explicado na seção anterior.

Para sustentar essa ideia, Mearsheimer (2001) propõe cinco pressupostos, que são: (1) anarquia internacional, (2) poder militar, (3) opacidade dos Estados, (4) sobrevivência e (5) racionalidade (MEARSHEIMER, 2001).

De forma mais detalhada, o primeiro pressuposto de Mearsheimer (2001), que afirma que o sistema internacional é anárquico, significa que não há governo acima dos Estados que possa aplicar meios coercitivos para garantir a ordem. Para elucidar o conceito, segundo a definição de Waltz (2002) – a qual se assemelha à de Mearsheimer (2001), por serem ambos realistas estruturalistas – compara-se o princípio ordenador dos Estados (hierárquico) ao do sistema internacional (anárquico). De um lado, os Estados caracterizam-se pela *presença* de monopólio do uso legítimo da violência. De outro, o sistema internacional, pela *ausência* de monopólio do uso legítimo da violência (MEARSHEIMER, 2001).

O segundo pressuposto – poder militar – apresenta a ideia de que grandes potências, inexoravelmente, detêm capacidade militar ofensiva, o que as torna ameaça potencial às demais. Poder militar é condição sem a qual um Estado não pode ser grande potência (MEARSHEIMER, 2001).

O terceiro pressuposto diz respeito à opacidade dos Estados, o que se traduz no fato de que nunca se sabe exatamente quais são as intenções dos outros. Se levado mais a fundo, conclui-se do argumento que um Estado nunca pode ter certeza se outro irá utilizar seu poder ofensivo para agredir o primeiro. As intenções dos demais são sempre incertas, por isso, opacas (MEARSHEIMER, 2001).

O quarto pressuposto alega que o objetivo primordial das grandes potências é a sobrevivência. Naturalmente, sendo ela a condição mínima para atingir qualquer objetivo, sobreviver é a prioridade. Portanto, é fundamental manter integridade territorial e estabilidade política doméstica (MEARSHEIMER, 2001).

Por fim, o quinto pressuposto estabelece que grandes potências são atores racionais. Pensamento estratégico, por conseguinte, faz parte de seu comportamento, que será guiado de acordo com o ambiente externo e o comportamento de outros Estados (MEARSHEIMER, 2001).

Pode-se observar que os pressupostos, se tomados individualmente, pouco dizem. E “nenhuma dessas assunções sozinhas prescreve que grandes potências, como regra geral,

*devem* comportar-se agressivamente em relação às outras” (MEARSHEIMER, 2001, p. 31, grifo do autor, tradução nossa).<sup>9</sup>

Por isso, parte-se para o segundo passo dessa seção, que consiste em demonstrar como essas condições constroem os Estados a agir agressivamente. Em resumo, o argumento decorre da tríade comportamental: medo, autoajuda e maximização de poder (MEARSHEIMER, 2001).

Analisando a partir da perspectiva de um Estado, se os demais Estados detêm poder militar, mas não se pode saber ao certo como o utilizarão, e não há instância à qual se possa recorrer em caso de agressão, o resultado é medo e desconfiança, pois qualquer Estado pode tomar a ofensiva em seu próprio benefício, à custa dos outros. Portanto, as grandes potências vivem em constante medo (MEARSHEIMER, 2001).

Desse modo, os Estados têm que, por meios próprios, garantir sua segurança. A isso Mearsheimer (2001) dá o nome de autoajuda, ilustrada pelo “*911 problem*” (MEARSHEIMER, 2001, p. 32, grifo nosso). *9-1-1* é o número para o qual se disca em caso de emergência, nos Estados Unidos e no Canadá, para solicitar ajuda de polícia ou de bombeiro. Como não há opção de discar *911* quando um Estado está em perigo, ele só pode contar consigo mesmo para sobreviver, e se não ajudar a si mesmo, não poderá prosperar nem sobreviver. “Estados não podem depender de outros para garantir sua segurança” (MEARSHEIMER, 2001, p. 33, tradução nossa).<sup>10</sup>

Sendo, então, preciso agir por conta própria para sobreviver, Mearsheimer (2001, p. 33-34, tradução nossa, grifo nosso) afirma que:

*Estados rapidamente percebem que a melhor forma de garantir sua segurança é ser o mais poderoso no sistema. Quanto mais forte é um Estado em relação aos seus potenciais rivais, menos provável é que qualquer um desses rivais o atacará e ameaçará sua sobrevivência. [...] Consequentemente, Estados prestam muita atenção em como o poder é distribuído entre eles, e despendem especial esforço para maximizar sua fatia na distribuição global de poder. Especificamente, eles buscam oportunidades para alterar a balança de poder em seu favor, adquirindo incrementos adicionais de poder à custa de seus potenciais rivais.*<sup>11</sup>

<sup>9</sup> No original: “none of these assumptions alone dictates that great powers as a general rule *should* behave aggressively towards each other.”

<sup>10</sup> No original: “States cannot depend on others for their own security.”

<sup>11</sup> No original: “states quickly understand that the best way to ensure their survival is to be the most powerful state in the system. The stronger a state is relative to its potential rivals, the less likely it is that any of those rivals will attack it and threaten its survival. [...] Consequently, states pay close attention to how power is distributed among them, and they make a special effort to maximize their share of world power. Specifically, they look for opportunities to alter the balance of power by acquiring additional increments of power at the expense of potential rivals.”

A conclusão a que Mearsheimer (2001) chega é que, devido ao medo e à autoajuda, agir ofensivamente em relação aos demais Estados e maximizar poder relativo é a melhor forma de garantir a própria sobrevivência. Posto de outra forma, medo + autoajuda = maximização de poder. Eis a máxima de Mearsheimer (2001, p. 36, tradução nossa): “o melhor caminho para um Estado sobreviver na anarquia é tomando vantagem de outros Estados e ganhando poder à sua custa. A melhor defesa é um bom ataque.”<sup>12</sup>

É importante ressaltar que os Estados almejam, principalmente, ganho de poder relativo, e não absoluto. Seu comportamento considera, em primeiro lugar, a distribuição de poder. Se um Estado se torna mais poderoso, e seus rivais também, de nada adianta, pois não há ganho de poder relativo. Assim sendo, não basta simplesmente ganhar poder, mas sim ganhar poder *em relação aos adversários* (MEARSHEIMER, 2001).

Os Estados, então, agem agressivamente para ganhar poder relativo, mas resta a questão: quão agressivamente agirão os Estados? A resposta depende do grau de medo. “Quanto mais profundo é o medo, mais intensa é a competição por segurança, e mais provável é a guerra” (MEARSHEIMER, 2001, p. 42, tradução nossa).<sup>13</sup> Assim, quanto mais ameaçado estiver um Estado, mais acentuada será a busca para reforçar sua segurança, e maior será a disposição para adotar políticas arriscadas para atingir tal fim. Desse modo, quanto mais poderoso é um Estado, mais temor ele gera a seus rivais. Portanto, conclui-se que os Estados são altamente sensíveis a alterações na distribuição de poder.

Surge, então, a questão que diz respeito à definição de poder. Em suma, Mearsheimer (2001) argumenta que poder é baseado em recursos materiais que um Estado possui e, mais especificamente, poder é em última instância uma função da força militar dos Estados. São duas as categorias utilizadas pelo autor para defini-lo: poder militar e poder latente. Poder militar consiste em quatro aspectos: marítimo, aéreo, terrestre e nuclear (MEARSHEIMER, 2001).

Poder latente abarca duas variáveis principais, que são população e riqueza. “O tamanho da população é importante, porque grandes potências requerem enormes exércitos, que só podem ser recrutados em países com vastas populações. Estados com pequenas populações não podem ser grandes potências” (MEARSHEIMER, 2001, p. 61, tradução

---

<sup>12</sup> No original: “the best way for a state to survive in anarchy is to take advantage of other states and gain power at their expense. The best defense is a good offense.”

<sup>13</sup> No original: “The more profound the fear is, the more intense is the security competition, and the more likely is war.”

nossa).<sup>14</sup> Além do que, numerosa população pode produzir bastante riqueza, que é a segunda variável da definição de poder latente. O argumento se repete, “Riqueza é importante, porque um Estado não pode recrutar poderosa força militar se não tiver dinheiro e tecnologia para equipar, treinar e continuamente modernizar suas forças de combate. ” (MEARSEIMER, 2001, p. 61, tradução nossa).<sup>15</sup>

A termos de conclusão, salientam-se os principais pontos desse primeiro capítulo. De acordo com Mearsheimer (2001), poder sempre deriva direta ou indiretamente dos recursos militares dos Estados. Estes, por sua vez, buscam sempre que possível maximizar sua fatia na distribuição global de poder à custa de seus rivais, pois é a melhor estratégia de sobrevivência. Desse comportamento resulta competição por segurança, o que leva as grandes potências a serem sensíveis ao ganho de poder relativo de seus competidores.

---

<sup>14</sup> No original: “Population size matters a lot, because great powers require big armies, which can be raised only in countries with large populations. States with small populations cannot be great powers. ”

<sup>15</sup> No original: “Wealth is important because a state cannot build a powerful military if it does not have the money and technology to equip, train, and continually modernize its fighting forces. ”

### 3. CRISE DA UCRÂNIA

Os Estados Unidos e seus aliados europeus compartilham a maior parte da responsabilidade pela crise [da Ucrânia]. A raiz do problema é o alargamento da OTAN, elemento central de uma estratégia maior para mover a Ucrânia para fora da órbita [de influência] russa e integrá-la ao Ocidente. Ao mesmo tempo, a expansão da União Europeia em direção a leste e o apoio ocidental a movimentos pró-democracia na Ucrânia, começando com a Revolução Laranja de 2004, são também elementos críticos (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>16</sup>

Nesse capítulo, serão descritos, primeiramente, os *elementos críticos* que, segundo Mearsheimer (2014), indicam que o Ocidente é culpado pela crise da Ucrânia. De acordo com o autor, são quatro os *elementos críticos*: três causas profundas – (1) alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), (2) promoção da democracia e (3) expansão da União Europeia – e uma condicionante – (4) Ucrânia enquanto interesse estratégico fundamental para a Rússia. As três causas profundas serão abordadas separadamente e serão seguidas de uma última seção, que apresenta a condicionante e o porquê de os quatro *elementos críticos* conferirem a culpa pela crise da Ucrânia ao Ocidente, segundo Mearsheimer (2001; 2014).

O objetivo central do capítulo consiste em demonstrar como o Ocidente, após a dissolução da União Soviética, tomou o espaço que ao longo da Guerra Fria era considerado área de influência soviética e, exatamente por isso, causou a crise da Ucrânia. Assim sendo, deve-se demonstrar como o Ocidente foi, nas palavras de Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa), se movendo “para dentro do quintal da Rússia e ameaçando seus interesses estratégicos fundamentais”.<sup>17</sup>

Antes de mais nada, salienta-se que para Black e Johns (2015, p. 23, tradução nossa) “Uma característica comum a quase todos os comentaristas ocidentais é que eles focam muito mais na relação entre Rússia, Estados Unidos e União Europeia que na crise interna à Ucrânia em si”.<sup>18</sup> Ou seja, em muitos estudos, os fatores internos à Ucrânia são desconsiderados. Conforme Duggan (2015), a crise deveu-se em grande medida a divisões culturais e

<sup>16</sup> No original: “the United States and its European allies share most of the responsibility for the crisis. The taproot of the trouble is NATO enlargement, the central element of a larger strategy to move Ukraine out of Russia’s orbit and integrate it into the West. At the same time, the EU’s expansion eastward and the West’s backing of the pro-democracy movement in Ukraine beginning with the Orange Revolution in 2004 were critical elements, too.”

<sup>17</sup> No original: “into Russia’s backyard and threatening its core strategic interests.”

<sup>18</sup> No original: “A common feature to almost all Western commentators is that they focus far more on the Russia-US-EU relationship than on the crisis within Ukraine itself.”



linguísticas de longa data, isto é, a Ucrânia não consiste em uma única nação, mas sim em duas nações contidas em uma fronteira,<sup>19</sup> e essa característica interna – e não internacional – é igualmente importante na análise.

A presente pesquisa, embora reconheça as colocações dos autores, não toma como objeto de estudo os fatores internos à Ucrânia. Desse modo, são estudadas as causas internacionais que levaram à crise de 2014, em conformidade com a análise de Mearsheimer (2014).

### **3.1. AVANÇO DA OTAN**

O tratado de Washington de quatro de abril de 1949, assinado por doze países,<sup>20</sup> é considerado ato fundador da OTAN e marco inicial da Guerra Fria (NATO, 2014). Além dos doze Estados fundadores, mais quatro países entraram para a organização entre 1952 e 1982,<sup>21</sup> somando dezesseis membros durante a Guerra Fria (MASTERS, 2016).

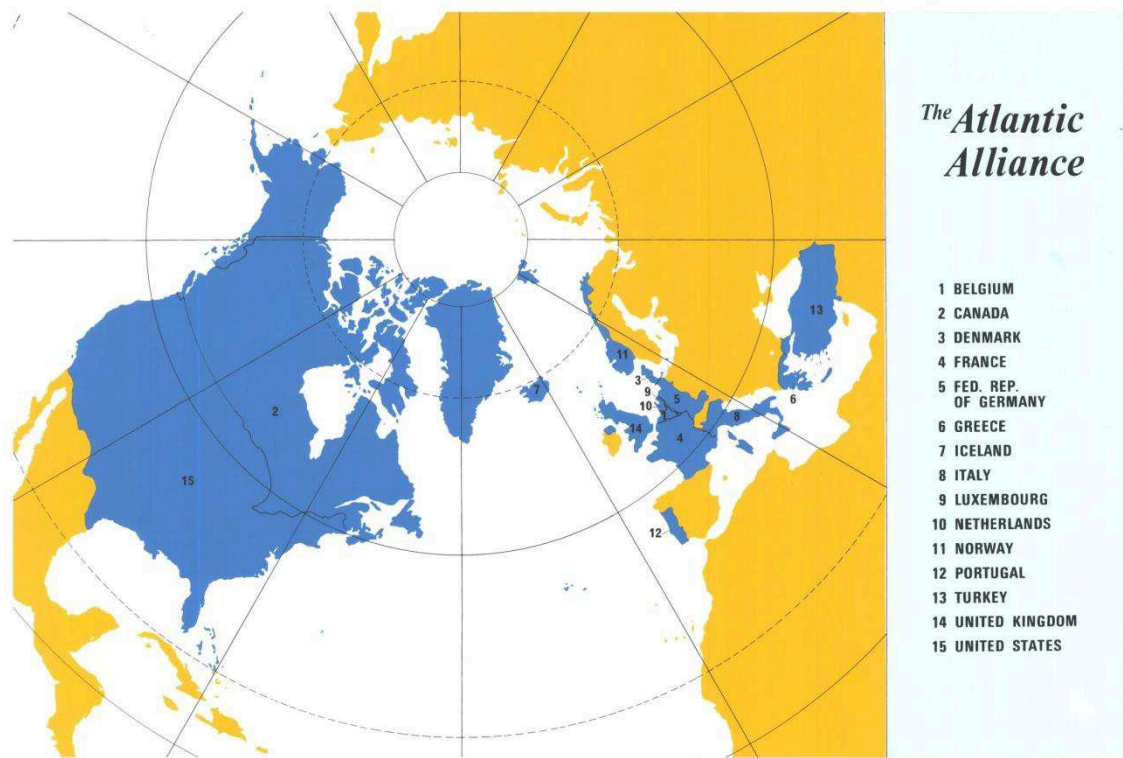
---

<sup>19</sup> De acordo com Plekhanov (2015), as fronteiras da Ucrânia contemporânea correspondem à demarcação administrativa utilizada pela União Soviética, que seguia planos de desenvolvimento traçados por Moscou. Consequentemente, tais delimitações fronteiriças não poderiam corresponder à eventual formação de uma entidade política soberana e independente. Cerca de um quarto da população ucraniana se considera etnicamente russa, e muitos daqueles que se denominam etnicamente ucranianos têm conexões familiares e culturais com a Rússia em tal grau, que seria impensável considerar este um país estrangeiro. O Estado ucraniano não resultou, portanto, de batalha travada por uma nação que buscava autodeterminar-se e exercer sua soberania, em vez disso, decorreu da desintegração do Estado soviético.

<sup>20</sup> Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido (NATO, 2014).

<sup>21</sup> Alemanha Ocidental, Espanha, Grécia e Turquia (NATO, 2014).

Mapa 1 – A OTAN durante a Guerra Fria<sup>22</sup>



Fonte: NATO, 2015b.

O Mapa 1 ilustra a configuração da OTAN durante o período da bipolaridade e será utilizado ao longo de todo o trabalho como referência para dois conceitos: Ocidente e cortina de ferro.<sup>23</sup> A área em azul será referência para Ocidente ou bloco ocidental. A linha divisória que corta a Europa entre os membros da OTAN, em azul, e a esfera soviética, em amarelo, será o referencial para cortina de ferro. Sendo assim, no continente europeu durante a Guerra Fria, aquilo que estava a oeste da cortina de ferro correspondia ao bloco ocidental, área de influência dos Estados Unidos; e aquilo a leste da cortina de ferro, no território europeu, constituía zona de influência soviética.

<sup>22</sup> Por ser datado de 1955, falta-lhe apenas a inclusão da Espanha, que foi admitida em 1982 (NATO, 2014).

<sup>23</sup> O conceito cortina de ferro foi popularizado por Winston Churchill, no discurso *Sinews of Peace*, em 1946, no *Westminster College*, em Fulton, Missouri (FEUERLICHT, 1955). No discurso, Churchill afirmou que: “De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma *cortina de ferro* desceu sobre o continente [europeu]. Atrás dessa linha, encontram-se as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental [...], todas essas cidades famosas e populações à sua volta se encontram no que devo chamar de *esfera soviética*, e todas são sujeitas, de uma ou outra forma, não apenas à influência soviética, mas a um elevado e, em muitos casos, crescente grau de controle vindo de Moscou” (CHURCHILL, 1946, tradução nossa, grifo nosso).

No original: “From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe [...], all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Soviet sphere, and all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow.”



Esse processo de expansão da OTAN teve suas negociações iniciadas nos últimos anos da Guerra Fria, ainda em 1990. Três meses após a queda do muro de Berlim, em fevereiro de 1990, a Alemanha Ocidental buscava a unificação com a Alemanha Oriental, o que despertou um problema com a União Soviética. Tendo em vista que a Alemanha Ocidental já fazia parte do pacto atlântico, a unificação faria com que todo o território alemão fizesse parte da OTAN, o que representava ameaça para a União Soviética (GORDON, 1997). Ameaça, pois seria a primeira vez em que o território a leste da cortina de ferro receberia militares da OTAN desde o início da Guerra Fria.

Segundo Gordon (1997, p. 1, tradução nossa), a razão pela qual Gorbachev, Secretário-Geral da União Soviética, foi persuadido a aceitar a unificação do território alemão, decorreu da promessa do então Secretário de Estado norte-americano, Baker, de que “Não haveria expansão da jurisdição da OTAN a leste”,<sup>26</sup> isto é, a OTAN não se alargaria para além da linha traçada pelo muro de Berlim, e o território da Alemanha Oriental não seria militarizado por tropas da aliança atlântica (GORDON, 1997).

A promessa, entretanto, não se cumpriu (GORDON, 1997). Não só o território alemão foi completamente militarizado, como a OTAN continuou o processo de alargamento, mesmo sabendo que isso representava ameaça à União Soviética e à sua sucessora Federação Russa.

Em 1994, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, afirmou durante a Reunião de Cúpula da OTAN que a questão já não se tratava mais de saber se a OTAN admitiria novos membros ou não, mas quando e como isso seria feito (UNITED STATES, 1995) A absorção de países da Europa Central e Oriental tornou-se questão de tempo. Logo, a OTAN anunciou o lançamento de nova fase do processo de alargamento no ano seguinte.

De acordo com Talbott (1995), tal decisão possuiu dois significados: um político e outro militar.

Politicamente, significou que os novos membros da organização deveram adequar-se a padrões mínimos exigidos. Como destaca o autor, eram pré-requisitos para adesão instituições democráticas, economia de mercado, capacidade de resolução pacífica de conflitos, proteção de direitos humanos e civis, respeito ao direito internacional (TALBOTT, 1995).

Desse modo, a perspectiva de adesão ao pacto, por exemplo, ajudou a Hungria e a Polônia a solidificar o consenso nacional por reformas democráticas e de mercado. Estimulou a Hungria e a Eslováquia a assinar um acordo de respeito às fronteiras estabelecidas. Auxiliou países como Eslováquia, Hungria e Romênia a resolver problemas com minorias étnicas. Em

---

<sup>26</sup> No original: “There would be no extension of NATO’s current jurisdiction eastward. ”

poucas palavras, a expansão da OTAN significou a exportação de padrões político-econômicos ocidentais para os novos membros (TALBOTT, 1995).

Militarmente, por outro lado, a expansão da OTAN funcionou como mecanismo de dissuasão contra a Rússia, que poderia voltar a tomar atitudes ameaçadoras contra a Europa, como nos tempos da União Soviética. Além do mais, serve para combater ameaças militares fora da região (TALBOTT, 1995).

Com tal avanço, portanto, além de entrar para a defesa coletiva da organização, os novos membros do pacto atlântico tiveram de adotar sistemas político-econômicos compatíveis com o Ocidente, aproximando-se militar e politicamente deste (TALBOTT, 1995). Por conseguinte, expandir a OTAN significou, em última instância: tornar a Europa Central e Oriental parte do bloco ocidental, ou seja, representou a expansão da zona de influência do bloco ocidental sobre o que anteriormente era esfera de influência soviética (MEARSHEIMER, 2014).

Mearsheimer (2014) salienta que essa tomada do espaço de influência soviético pelo Ocidente não poderia, de modo algum, agradar aos russos, sucessores jurídicos da União Soviética. Por isso, os líderes russos se opuseram à expansão da OTAN. Em 1993, por exemplo, o presidente russo, Yeltsin,

*aparentemente sob pressão das suas forças armadas*, enviou uma carta ao presidente Clinton [dos Estados Unidos] se opondo a qualquer expansão da OTAN para incluir nações como a Polônia ou a República Tcheca (COHEN, 1993, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).<sup>27</sup>

No ano seguinte, Yeltsin perguntou aos membros da OTAN: “Por que é que vocês estão plantando as sementes da desconfiança?”, fazendo referência ao processo de alargamento da organização (KOBBER, 1996, p. 7, tradução nossa).<sup>28</sup> No entanto, “os russos estavam muito fracos naquele momento para interromper o movimento da OTAN em direção a leste” (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>29</sup>

O processo de alargamento da OTAN continuou ao longo das décadas de 1990 e 2000, apesar dos protestos russos. E, em 2008, na reunião de cúpula da OTAN em Bucareste, a administração de George W. Bush apoiou a admissão da Ucrânia e da Geórgia na aliança, embora França e Alemanha se opusessem à ideia, por medo de antagonizar com a Rússia. Ao

<sup>27</sup> No original: “apparently under pressure from his armed forces, has sent a letter to President Clinton opposing any expansion of NATO to include East European nations like Poland or the Czech Republic.”

<sup>28</sup> No original: “Why are you sowing the seeds of distrust?”

<sup>29</sup> No original: “the Russians were too weak at the time to derail NATO’s eastward movement.”

final da reunião, a aliança atlântica declarou que Geórgia e Ucrânia se tornariam membros efetivos da OTAN, ainda que não houvesse previsão para o início de seu processo de adesão (MEARSHEIMER, 2014; GALLIS; et al., 2008; GALLIS, 2008).

Em face a essa declaração, os russos advertiram o Ocidente. Segundo Gallis (et al., 2008, p. 10, tradução nossa), a “oposição russa às potenciais candidaturas da Ucrânia e da Geórgia tem sido aguda e ameaçadora. O presidente Putin [...] afirmou que a Rússia vai alvejar a Ucrânia com armas nucleares se, por ventura, ela se tornar membro da OTAN”.<sup>30</sup> E, “enquanto conversava com Bush, [Putin] ‘transparentemente sugeriu que se a Ucrânia fosse aceita na OTAN, ela deixaria de existir’” (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>31</sup>

No mesmo ano de 2008, quatro meses após a reunião de Bucareste, a Rússia invadiu a Geórgia, o que, segundo Mearsheimer (2014), deveria ter sido o suficiente para dissipar qualquer dúvida sobre a determinação russa de evitar que Ucrânia e Geórgia entrassem para a OTAN.

Apesar da advertência, entretanto, a OTAN jamais abandonou sua intenção de admitir os dois países. Além disso, continuou o processo de alargamento e, no ano seguinte, Albânia e Croácia foram admitidas (MEARSHEIMER, 2014).

A termos de conclusão, portanto, deve-se depreender dessa seção 3.1. que o Ocidente marchou sobre o *quintal russo* após a derrocada da União Soviética, aproveitando o momento em que os russos *estavam muito fracos para interrompê-lo*. Desse modo, a marcha da OTAN a leste deve ser interpretada como o resultado de uma estratégia ocidental de maximização de poder à custa da Rússia (MEARSHEIMER, 2014). Mas essa marcha não parou por aí.

### 3.2. PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E REVOLUÇÕES COLORIDAS

Segundo Mearsheimer (2014), os Estados Unidos utilizaram como ferramenta para afastar a Ucrânia da Rússia a promoção da democracia e a disseminação de valores ocidentais. Em dezembro de 2013,

Os Estados Unidos haviam investido mais de US\$ 5 bilhões desde 1991 para ajudar a Ucrânia a atingir ‘o futuro que ela merece’. Como parte desse esforço, o governo dos Estados Unidos acionou a National Endowment for Democracy [NED]. A fundação sem fins lucrativos criou mais de sessenta projetos visando à promoção da sociedade civil na Ucrânia, e o presidente da

<sup>30</sup> No original: “Russia’s opposition to the potential candidacies of Ukraine and Georgia has been shrill and threatening. President Putin [...] has said that Russia will target nuclear weapons on Ukraine should it ever become a member of NATO.”

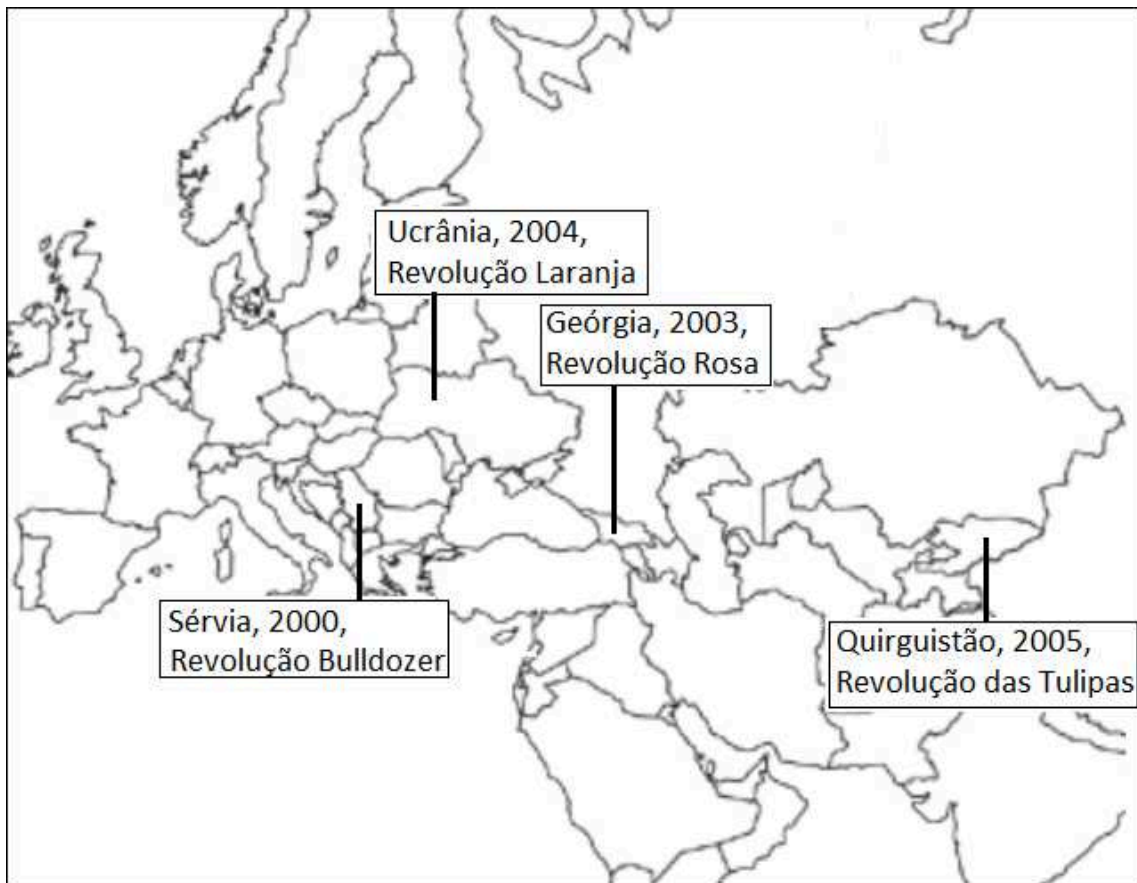
<sup>31</sup> No original: “while speaking with Bush, ‘very transparently hinted that if Ukraine was accepted into NATO, it would cease to exist.’”

NED, Carl Gershman, se referiu ao país como “o maior prêmio” (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>32</sup>

De acordo com Mearsheimer (2014), o apoio do Ocidente a movimentos pró-democracia na Ucrânia começou em 2004, quando ocorreu no país a Revolução Laranja. Seguindo a argumentação de Mearsheimer (2014), a tarefa a ser realizada na presente seção é descrever a Revolução Laranja de 2004, bem como a participação do Ocidente nesse processo.

Destaca-se, em primeiro lugar, que a Revolução Laranja é uma entre outras revoluções coloridas que tomaram lugar no leste europeu e na Ásia Central, isto é, o termo revoluções coloridas não se resume a um fenômeno que atingiu a Ucrânia isoladamente, como mostra o Mapa 3 (TUCKER, 2007).

Mapa 3 – Revoluções Coloridas



Fonte: TUCKER, 2007, elaboração própria.

<sup>32</sup> No original: “the United States had invested more than \$5 billion since 1991 to help Ukraine achieve ‘the future it deserves.’ As part of that effort, the U.S government has bankrolled the National Endowment for Democracy. The non profit foundation has funded more than 60 projects aimed at promoting civil society in Ukraine, and the NED’s president, Carl Gershman, has called that country ‘the biggest prize.’ ”

O Mapa 3 restringe o conceito de revoluções coloridas que será utilizado daqui em diante. Como definido por Tucker (2007), as revoluções coloridas correspondem às revoluções que tomaram lugar na Sérvia em 2000, na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e no Quirguistão em 2005.

O que é importante ressaltar, em segundo lugar, é a influência externa que as revoluções coloridas sofreram. Como assegura Bandeira (2013, p. 97, grifo do autor), a atuação dos Estados Unidos é evidente:

Não é segredo [...] que o Pentágono [...], o Departamento de Estado e várias organizações não governamentais, entre as quais a *Freedom House* [...] e a *National Endowment for Democracy*, [...] investiram milhões de dólares para incentivar as revoluções coloridas' na região da extinta União Soviética e cercar a Rússia.

Do mesmo modo, Sussman e Krader (2008, p. 91, tradução nossa, grifo nosso) destacam a participação do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos:

Entre 2000 e 2005, governos pró-Rússia na Sérvia, na Geórgia, no Quirguistão [...] e na Ucrânia foram derrubados por revoltas populares não violentas. Embora a mídia ocidental geralmente retrate esses golpes como insurreições espontâneas, autóctones e populares, *as 'revoluções coloridas' foram de fato resultado de esforço e planejamento extensivo – muito do qual originado no Ocidente. Os Estados Unidos [...] e seus aliados exerceram sobre Estados pós-comunistas impressionante gama de pressões [...] a serviço do que se chamou de 'auxílio à democracia' [ou promoção da democracia].* Entre os principais agentes externos envolvidos nesse processo de criação de 'democracias de transição' [...] estão: *United States Agency for International Development, National Endowment for Democracy [...], George Soro's Open Society Institute, Freedom House e International Center on Nonviolent Conflict.*<sup>33</sup>

Dentre os principais agentes externos ressaltados pelos autores, merece destaque a *National Endowment for Democracy* (NED). A NED foi criada em 1983 como uma organização nominalmente privada e financiada pelo Congresso norte-americano. Seu objetivo era promover a democracia, mediante a estratégia de mudança de regime – que

---

<sup>33</sup> No original: “Between 2000 and 2005, Russia-allied governments in Serbia, Georgia, Ukraine, and [...] Kyrgyzstan were overthrown through bloodless upheavals. Though Western media generally portrayed these coups as spontaneous, indigenous and popular [...] uprisings, the ‘color revolutions’ were in fact outcomes of extensive planning and energy — much of which originated in the West. The United States [...] and its allies brought to bear upon post-communist states an impressive assortment of advisory pressures [...] in the service of ‘democracy assistance’. [...] Among the key foreign agents involved in the process of creating ‘transitional democracies’ [...] are the United States Agency for International Development, the National Endowment for Democracy [...], George Soros’s Open Society Institute, Freedom House, and the International Center on Nonviolent Conflict.”



significa, de acordo com Reisman (2004, p. 1, tradução nossa), “a substituição, forçada por atores internacionais, da elite e/ou estrutura governamental de um Estado de modo que o regime seguinte se aproxime a supostos padrões internacionais de governança”.<sup>34</sup> Fazendo referência à estratégia de mudança de regime e à NED, o ex-diretor da CIA William Colby afirmou que “muitas operações, antes conduzidas de forma encoberta (*covert actions*), poderiam agora ser realizadas abertamente, sem controvérsias” (BANDEIRA, 2013, p. 39). Para tanto, a NED devia

operar como parte do programa de diplomacia pública e financiar uma cadeia de organizações não governamentais e governamentais, relativamente autônomas, ajudando e treinando grupos para a ‘political warfare’, e encorajar o desenvolvimento da democracia (BANDEIRA, 2013, p. 39, grifo do autor).

Enquanto que a NED foi um dos principais instrumentos para executar as revoluções coloridas, o livro *From Dictatorship to Democracy*, de Sharp (2010), “serviu de manual” (BANDEIRA, 2013, p. 109). No prefácio de sua obra, Sharp (2010, p. 7, tradução nossa) afirma: “Tentei pensar cuidadosamente sobre as formas mais efetivas pelas quais ditaduras podem ser desintegradas com sucesso e com o menor custo de sofrimento e vidas possível”,<sup>35</sup> e segue afirmando que sua análise não foi desenvolvida para um país em particular, mas é uma fórmula genérica, aplicável a qualquer Estado ditatorial.

O livro de Sharp foi traduzido para pelo menos trinta e uma línguas (SHARP, 2010) e foi “usado na Sérvia, na Ucrânia, na Geórgia e em outros países” (BANDEIRA, 2013, p. 100). Em 2004 – ano em que ocorreu a Revolução Laranja na Ucrânia –, doze mil cópias do livro de Sharp foram impressas e distribuídas para forças oposicionistas ucranianas. A inspiração foi tamanha que o grupo oposicionista ucraniano *Pora* (É Tempo) disse considerá-lo sua bíblia (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Além disso, Sussman e Krader (2008) argumentam que o modelo de revolução que inspirou as revoluções coloridas foi tomando forma ainda antes da primeira publicação do livro de Sharp. Ao longo da década de 1980, utilizou-se a retórica de promoção da democracia para provocar a queda de governos nacionalistas e de esquerda na Bulgária, na Croácia, na Eslováquia e na Romênia. Tal modelo de revolução

---

<sup>34</sup> No original: “the forcible replacement by external actors of the elite and/or governance structure of a state so that the successor regime approximates some purported international standard of governance.”

<sup>35</sup> No original: “I have tried to think carefully about the most effective ways in which dictatorships could be successfully disintegrated with the least possible cost in suffering and lives.”

se tornou para toda a região da Eurásia uma opção não militar de vantajoso custo-benefício para derrubar chefes de Estado nacionalistas e esquerdistas. O auxílio à democracia, por assim dizer, consistiu em pacotes de financiamento e outros mecanismos de auxílio, desenvolvidos essencialmente em torno de princípios de *marketing* para efetuar rápidas mudanças de regime e “terapia de choque” político-econômica em países cujos governos o Departamento de Estado [norte-americano] considerava obstáculos para uma ordem política baseada no mercado global (SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 92, tradução nossa, grifo nosso).<sup>36</sup>

As revoluções coloridas seguiram, portanto, um *modus operandi* semelhante. Em resumo, o modelo de revolução que foi aplicado na Geórgia, no Quirguistão, na Sérvia e na Ucrânia consistiu em insurreições populares não violentas, as quais eram encorajadas, mobilizadas e instigadas pelo Ocidente para desestabilizar governos hostis aos seus interesses, mediante financiamento e treinamento de lideranças sociais nos países alvo. Mais especificamente, a atuação estrangeira concentrou-se em quatro campos: político, financeiro, técnico e publicitário (marketing e propaganda). Nesse processo, a NED atuou como principal braço de ação do Ocidente, e o livro de Sharp (2010) serviu como prontuário para os manifestantes (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Apesar da amplitude geográfica na qual foi aplicado esse modelo de revolução, contudo, no presente capítulo será abordado apenas o caso ucraniano, especificamente, a Revolução Laranja de 2004.

Em 2004, ocorreu a eleição presidencial na Ucrânia. A eleição representou um momento no qual os ucranianos decidiram “se seu futuro residiria ao lado do Ocidente ou da Rússia” (SCHNEIDER, 2004, p. 3, tradução nossa). Ela se resumiu a uma disputa entre dois homens: do lado pró-Ocidente, o líder oposicionista Yushchenko; e, do lado pró-Rússia, o principal candidato governista Yanukovich (FAWKES, 2004a). Além disso, outra força importante determinou os rumos da eleição: o Ocidente. Segundo Sussman e Krader (2008), os Estados Unidos gastaram, somente em 2004, US\$ 34 milhões em iniciativas de mudança de regime na Ucrânia.

Enquanto a parte oeste da Ucrânia se identificava com o Ocidente e apoiava Yushchenko, a fração leste do país se consubstanciava com a Rússia e pleiteava a eleição de Yanukovich (SCHNEIDER, 2004), divisão que se refletiu nas intenções de voto, como mostra o Mapa 4.

---

<sup>36</sup> No original: “became for the whole Eurasian region a non-militarist and cost-effective option for vanquishing left-wing and nationalist heads of state. So-called democracy assistance consisted of a fluid package of funding and other support mechanisms designed essentially around marketing principles to effect rapid regime change and political and economic ‘shock therapy’ in selected countries whose governments the State Department regarded as impediments to a global market-based political order.”

Mapa 4 – Preferência de Voto nas Eleições Presidenciais Ucrainianas de 2004



Fonte: Global Security, 2004.

De acordo com Sussman e Krader (2008), a influência política do Ocidente sobre as revoluções coloridas adotou duas táticas: (1) unificação da oposição, e (2) financiamento de pesquisas de boca de urna. No caso ucraniano,

a NDI<sup>37</sup> incentivou a magnata da indústria de energia, Yulia Tymoshenko, chamada de “princesa do gás” ucraniana, a se aliar com o candidato à presidência Viktor Yushchenko, ao invés de concorrer contra ele (MACKINNON, 2007 *apud* SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 97, tradução nossa).<sup>38</sup>

Unificando a oposição, a NDI conseguiu agregar os votos da fração pró-Ocidente ucraniana sob um único nome, Yushchenko (SUSSMAN; KRADER, 2008). Dessa forma, Yushchenko e Tymoshenko se aliaram e lideraram a Revolução Laranja de 2004, e, após a vitória na eleição, Yushchenko nomeou Tymoshenko como primeira-ministra (BBC, 2007).

<sup>37</sup> *National Democratic Institute* (NDI) é uma organização sem fins lucrativos ligada à NED e, portanto, aos interesses norte-americanos (SUSSMAN; KRADER, 2008).

<sup>38</sup> No original: “NDI pushed energy industry tycoon, Yulia Tymoshenko, Ukraine’s so-called ‘gas princess’, to ally herself with presidential candidate, Viktor Yushchenko instead of running against him.”

A segunda tática política empregada para efetuar a mudança de regime – financiamento de pesquisas de boca de urna – serviu “não tanto para garantir eleições limpas, mas como mecanismo para instigar os protestos da ‘Revolução Laranja’” (SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 97, tradução nossa).<sup>39</sup> Yushchenko, por exemplo, após vencer o primeiro turno da eleição, afirmou que caso se burlasse o resultado do segundo turno ocorreriam protestos em massa. Uma grande pesquisa de boca de urna empurraria os manifestantes para as ruas se indicasse fraude eleitoral. Por isso, diversos pesquisadores de opinião pública locais estavam recebendo auxílio ocidental. O *Razumkov Center*, fundado pela NED e afiliado à *Freedom House*, além da *Democracy Initiatives Foundation*, também financiada pela NED, conduziram as pesquisas de boca de urna nacionais (SUSSMAN; KRADER, 2008).

A tática foi bem-sucedida: pesquisas de boca de urna acusaram fraude eleitoral clara no segundo turno (SCHNEIDER, 2004). A fraude, segundo Tucker (2007), incluiu expulsão ilegal de representantes da oposição nas comissões eleitorais, ônibus lotados que chegavam com eleitores que praticavam votos múltiplos, abuso de votos sem cédula. Mais de um milhão de votos extras foram fraudados no segundo turno, sendo que trinta e sete milhões de ucranianos estavam aptos a votar (FAWKES, 2004b). De acordo com o resultado oficial, 49.46% dos votos foram para o candidato governista pró-Rússia, Yanukovich, contra 46.61% dos votos para Yushchenko (BBC, 2005b). De acordo com Tucker (2007), entretanto, sondagens de boca de urna indicavam que Yushchenko é quem deveria ter vencido, com 52% dos votos válidos.

No mesmo dia da publicação do resultado oficial, 22 de novembro de 2004, alegando fraude eleitoral e pedindo anulação das eleições, dezenas de milhares de apoiadores do líder oposicionista e pró-Occidente, Yushchenko, se reuniram na Praça *Maidan* (Praça da Independência), em Kiev (BBC, 2005b). “Armados com sondagens de boca de urna apartidárias sugerindo que Yushchenko é quem vencera” (TUCKER, 2007, p. 538),<sup>40</sup> “Os protestantes tornaram a praça um mar laranja, conforme as pessoas vestiam as cores da oposição” (BBC, s/p, 2004b, tradução nossa),<sup>41</sup> que representava o bloco parlamentar de Yushchenko, *Naisha Ukrayina* (Nossa Ucrânia). Dessa forma, iniciou-se a Revolução Laranja.

<sup>39</sup> No original: “not so much to guarantee clean elections but as a mechanism for instigating ‘orange revolution’ protests.”

<sup>40</sup> No original: “Armed with nonpartisan exit polls suggesting that actually Yushchenko had won”.

<sup>41</sup> No original: “The protesters turned the square into a sea of orange, as people donned the colours of the opposition.”

Protestos continuaram de modo organizado nas semanas seguintes, com tendas de alojamento, palcos para discursos e shows, proibição de uso de bebidas alcoólicas e até coleta de lixo em horários programados (TUCKER, 2007). Entre os manifestantes, um dos principais grupos de oposição, *Pora* (É Tempo), havia recebido – com auxílio financeiro ocidental – treinamento do movimento da juventude sérvia, *Otpor* (Resistência), que fora uma das principais forças que causaram a revolução na Sérvia quatro anos antes.<sup>42</sup> De acordo com Aleksandar Maric, ativista do grupo *Otpor*, "Nós os treinamos [oposição da juventude ucraniana] a como criar uma organização, como abrir filiais locais, como criar uma 'marca', como criar um *logo*, símbolos e mensagens-chave" (BRANSTEN, 2004 *apud* SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 103, tradução nossa).<sup>43</sup>

Grupos oposicionistas receberam treinamento técnico e publicitário do Ocidente para pôr em prática a revolução. A ideia era utilizar estratégias de marketing corporativo, e, como afirmou Ivan Marovic, co-fundador da *Otpor*, "O movimento tinha que ter um departamento de marketing. Nós tomamos a Coca-Cola como nosso modelo" (TRAYNOR, 2005 *apud* SUSSMAN; KRADER, 2008).<sup>44</sup> Para isso, o grupo *Pora* recebeu US\$ 500 mil da *Freedom House*, e outro grupo oposicionista chamado *Znayu* (Saber) recebeu US\$ 1 milhão da *U.S.-Ukraine Foundation* para executarem campanha publicitária contra Yanukovich em dezessete cidades da Ucrânia (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Na semana seguinte ao início dos protestos, em 27 de novembro, o parlamento declarou inválido o resultado da eleição. E, no dia 3 de dezembro, a Suprema Corte o anulou, abrindo caminho para que fosse repetido no dia 26 de dezembro (BBC, 2005b).

Refeito o segundo turno, no dia 11 de janeiro de 2005 a comissão eleitoral declarou oficialmente que Yushchenko, o candidato pró-Ocidente, vencera a eleição com 51.99% dos votos, contra 44.2% para Yanukovich (BBC, 2005b).

A Revolução Laranja obteve sucesso, portanto: impediu o candidato pró-Rússia de ser eleito e conduziu ao poder o presidente pró-Ocidente. Yushchenko assumiu o cargo perante o parlamento em 23 de janeiro de 2005. Entre os tópicos de sua agenda, prometia reformas econômicas liberalizantes e aprofundamento das relações com Europa e Ocidente (BBC,

---

<sup>42</sup> Este recebera do governo dos Estados Unidos, juntamente com a *Oposição Democrática da Sérvia*, US\$ 10 milhões em 1999, e mais US\$ 31 milhões em 2000, com o intuito de destituir o então presidente sérvio, Milosevic. Após o sucesso da revolução sérvia, o grupo *Otpor* foi contratado pela *British Westminster Foundation* para treinar o grupo oposicionista ucraniano *Pora*, cujos campos de treinamento foram financiados subsequentemente pela *Freedom House* (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Sobre o grupo *Otpor* da sérvia, ver York (2002).

<sup>43</sup> No original: "We trained them [Ukrainian youth opposition] in how to set up an organization, how to open local chapters, how to create a 'brand', how to create a logo, symbols, and key messages."

<sup>44</sup> No original: "The movement has to have a marketing department. We took Coca-Cola as our model."

2004a). Especificamente, pretendia fortalecer laços com União Europeia e OTAN. Por fim, visava a conduzir o país para fora da esfera de influência russa (BBC, 2006). No final das contas, segundo Plekhanov (2015), com a Revolução Laranja, o pêndulo ucraniano Ocidente-Rússia inclinara-se em direção ao Ocidente.

A estratégia ocidental de mudança de regime aplicada na Ucrânia em 2004, fenômeno conhecido como Revolução Laranja, triunfou. Essa ferramenta do Ocidente de promoção da democracia, que foi utilizada para afastar a Ucrânia da Rússia e incorporá-la ao seu bloco, corroborou com o processo anteriormente descrito de alargamento da OTAN e marcha do Ocidente a leste, à custa da Rússia (MEARSHEIMER, 2014).

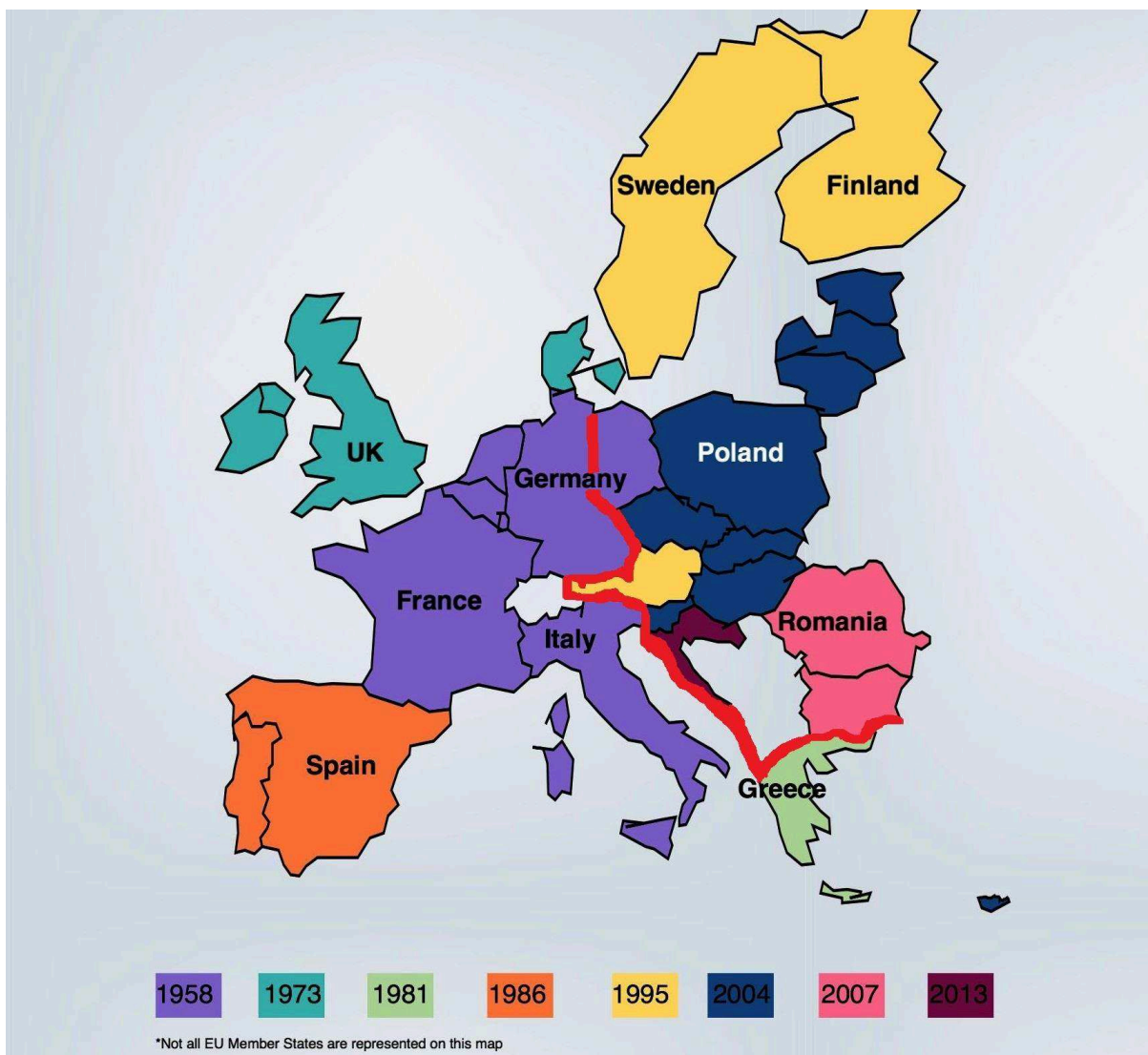
### **3.3. EXPANSÃO DA UNIÃO EUROPEIA**

Será abordado nessa seção o terceiro fator determinante pelo qual Mearsheimer (2014) afirma que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente: a expansão da União Europeia.

O subcapítulo se divide em: (1) alargamento da União Europeia em direção a leste no período pós-Guerra Fria, (2) processo de aproximação desta organização com a Ucrânia e (3) crise da Ucrânia de 2014.

A União Europeia, formalmente estabelecida em 1991 com a assinatura do Tratado Maastricht, entrou em vigor em novembro de 1993 (BBC, 2015). Neste ano, a organização era composta por treze membros. Nos vinte anos seguintes, o número mais que duplicou, passando de treze para vinte e oito (ARCHICK; MORELLI, 2014). O Mapa 5 a seguir ilustra a expansão.

Mapa 5 – Processos de Alargamento da União Europeia



Fonte: adaptado de SONG, 2015.

A linha vermelha traçada no Mapa 5 corresponde à cortina de ferro. Salienta-se que *todos* os quinze novos membros incluídos nas quatro últimas rodadas de expansão da União Europeia se encontram a leste da cortina de ferro. Tal informação revela como o alargamento da União Europeia – da mesma forma que o da OTAN – absorveu países que nos tempos de Guerra Fria viviam sob influência de Moscovo.

Ao descrever a relação da União Europeia com os países do antigo bloco soviético, Archick e Morelli (2014, p. 3, tradução nossa) argumentam que,

Desde o fim da Guerra Fria, a União Europeia tem trabalhado com os antigos países comunistas da Europa Central e Oriental para reformar seus

sistemas político e econômico a fim de que se enquadrem nos critérios de associação da União Europeia.<sup>45</sup>

Segundo os autores, a visão da organização sobre a integração do restante do continente é que esse processo auxiliaria a “superar décadas de divisão artificial e ajudaria a tornar a Europa ‘completa e livre’” (ARCHICK; MORELLI, 2014, p. 3, tradução nossa).<sup>46</sup> Como consequência do projeto de *tornar a Europa completa e livre, a divisão artificial* – ou seja, a cortina de ferro – teve de ser dissolvida. Isso quer dizer que, por um lado, a União Europeia avançou sobre a Europa Central e Oriental; e, por outro lado, a Rússia, como sucessora jurídica da União Soviética, recuou e perdeu espaço sobre sua antiga esfera de influência.

Assim como a OTAN, portanto, a “União Europeia também tem marchado em direção a leste” (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>47</sup> Segundo Park (2014, p. 2, tradução nossa), após a adesão de países da Europa central, a

União Europeia viu-se compartilhando fronteiras com países do antigo bloco soviético [...] e, subsequentemente, buscou afirmar sua influência nessa região oferecendo a seus vizinhos incentivos econômicos para promover reforma política.<sup>48</sup>

Dois incentivos destacam-se: (1) Política Europeia de Vizinhança e (2) Parceria Oriental.<sup>49</sup> O primeiro foi lançado em 2003 e incluiu dezesseis países.<sup>50</sup> O programa visava a promover valores democráticos, Estado de Direito e respeito aos direitos humanos, além de cooperação nos setores de desenvolvimento econômico, segurança e migrações (EUROPEAN COMMISSION, 2016b).

Em segundo lugar, a Parceria Oriental foi lançada em 2009 como um braço da anterior. De acordo com Plekhanov (2015, p. 43, tradução nossa), essa “política claramente buscava absorver Estados pós-comunistas à esfera de influência da União Europeia, à custa

---

<sup>45</sup> No original: “Since the end of the Cold War, the EU had worked with the former communist countries of Central and Eastern Europe to reform their political systems and economies in order to meet the EU’s membership criteria.”

<sup>46</sup> No original: “overcome decades of artificial division, and help make Europe ‘whole and free’.”

<sup>47</sup> No original: “The EU, too, has been marching eastward [...] it unveiled its Eastern Partnership initiative, a program to foster prosperity in such countries as Ukraine and integrate them into the EU economy.”

<sup>48</sup> No original: “EU found itself sharing common borders with former Soviet bloc countries [...] and subsequently sought to assert its influence in this region by offering its neighbours economic incentives to foster political reform.”

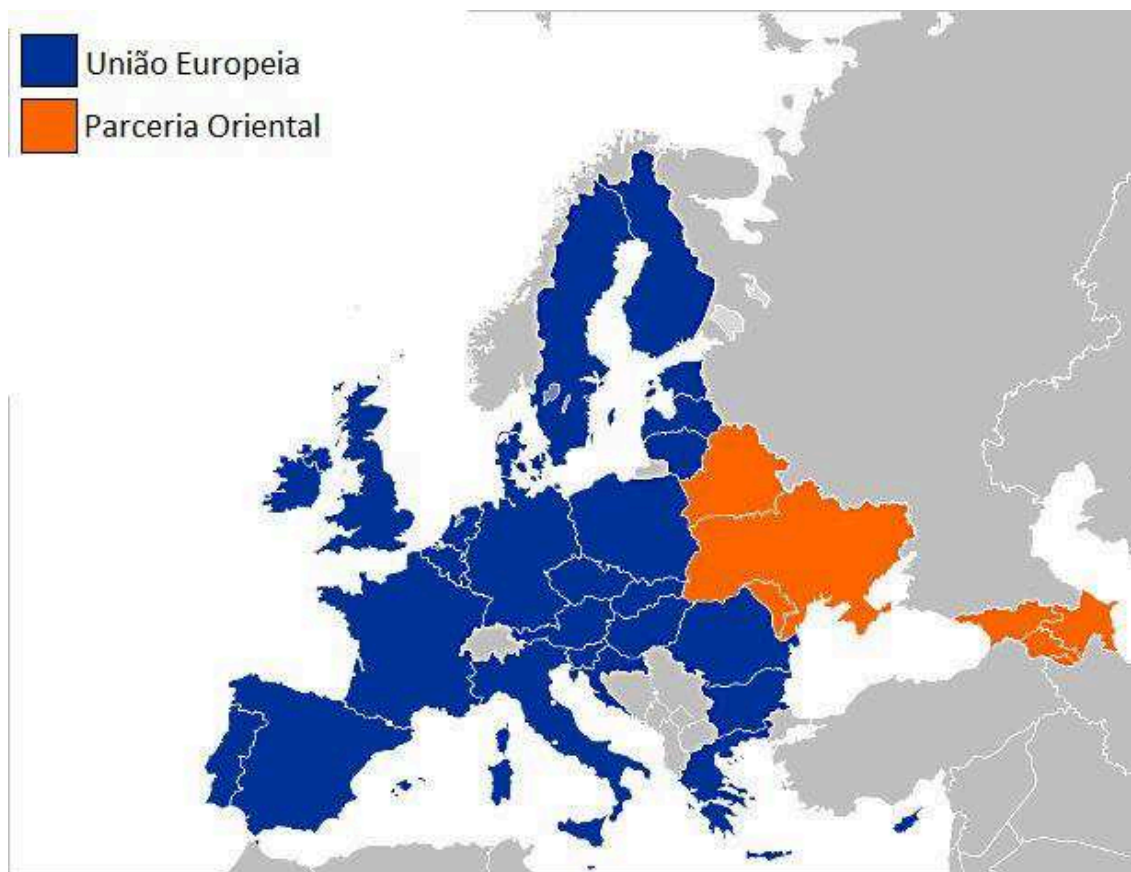
<sup>49</sup> Os nomes dos dois programas foram traduzidos livremente, no original encontram-se como: (1) European Neighbourhood Policy e (2) Eastern Partnership (PARK, 2014).

<sup>50</sup> São eles: Argélia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Moldávia, Palestina, Síria, Tunísia e Ucrânia (EUROPEAN COMMISSION, 2016b).



dos interesses russos”.<sup>51</sup> Em termos gerais, procurou avançar associação política e integração econômica da União Europeia com países do leste europeu e do Cáucaso (PARK, 2014).<sup>52</sup>

Mapa 6 – Parceria Oriental



Fonte: PARK, 2014.

Embora os dois programas não sejam equivalentes a um acordo de associação com todos os direitos de livre circulação de pessoas e capitais, nem utilização de moeda comum, são responsáveis por aprofundar as relações entre a União Europeia e as regiões alvo (EUROPEAN COMMISSION, 2016a). A cooperação se estende desde assuntos de política interna – como combate à corrupção –, de comércio – a exemplo do acesso ao mercado europeu sem barreiras tarifárias e da adoção de legislação comercial comum –, até temas de cooperação multilateral – por exemplo, gestão integrada de fronteiras (EUROPEAN COMMISSION, 2016a; PARK, 2014).

Em suma, os dois programas procuram expandir valores ocidentais para a antiga zona de influência soviética, tais como democracia, direito internacional, direitos humanos e

<sup>51</sup> No original: “the policy clearly aimed at absorbing post-communist states into the Union’s sphere of influence at the expense of Russia’s interests. ”

<sup>52</sup> São eles: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia (PARK, 2014).

liberdades fundamentais (EUROPEAN UNION, 2016a; EUROPEAN COMMISSION, 2016b).

No que diz respeito à Ucrânia especificamente, o avanço da União Europeia não parou com a Política Europeia de Vizinhança nem com a Parceria Oriental. O ápice da aproximação foi atingido com o Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia. As negociações entre as partes contratantes começaram em 2007, durante o mandato do presidente Yushchenko, que ascendera ao poder por meio da Revolução Laranja de 2004. Em 2011, as negociações foram encerradas para que, no ano seguinte, começasse o processo de assinatura do tratado (UKRAINE, 2015).

Esse Acordo de Associação visava a estreitar o vínculo político e a integração econômica entre Ucrânia e União Europeia, e fundava um novo estágio de relações entre as duas partes (EUROPEAN UNION, 2016b). Segundo Gressel (2016, p. 7, tradução nossa),

A Ucrânia foi uma das repúblicas mais ‘sovietizadas’ da União Soviética, e tem carregado adiante muitas de suas piores características organizacionais. A reforma na Ucrânia é efetivamente ‘dessovietização’.<sup>53</sup>

Por isso, o acordo apoiava reformas em áreas fundamentais, entre elas: reforma no sistema judiciário e administrativo, reforma em cada um dos ministérios, reforma econômica para estimular o crescimento e, além disso, reforma das forças armadas – “para que eles estejam melhor equipados para combater a ameaça russa” (GRESSEL, 2016, p. 9, tradução nossa).<sup>54</sup>

É importante destacar que, como afirma Plekhanov (2015), apesar de o pêndulo ucraniano Ocidente-Rússia ter sido direcionado para o lado ocidental quando Yushchenko foi alçado à presidência do país em 2005, cinco anos depois o pêndulo oscilou de volta para a Rússia. Em 2005, os índices de aprovação popular do governo Yushchenko giraram em torno de 54%; em 2010, retraíram para cerca de 5%. Desse modo, nas eleições presidenciais de 2010, os eleitores optaram por Yanukovich, que assumiu a presidência mediante proposta de reformas econômicas e plano de estabilização das relações Ocidente-Rússia (PLEKHANOV, 2015).

Apesar de sua tendência pró-Moscou expressa na eleição de 2004, enquanto presidente Yanukovich seguiu, inicialmente, diretriz de não-alinhamento externo. Por um lado, visou a normalizar as relações com a Rússia – assinando, por exemplo, acordo de concessão de bases

<sup>53</sup> No original: “Ukraine was one of the most ‘Sovietised’ republics in the USSR, and has carried forward many of its worst organisational characteristics. Reform in Ukraine is effectively ‘de-Sovietisation’.”

<sup>54</sup> No original: “so that they are better equipped to combat the Russian threat.”

navais na Crimeia para a marinha russa, e oficializando o uso da língua russa em nível local. Por outro lado, buscou ampliar a parceria com a OTAN e estreitar laços com a União Europeia (PLEKHANOV, 2015).

Nesse aspecto, Yanukovich deu seguimento às negociações sobre o Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia, iniciado no governo de seu antecessor, Yushchenko. Durante a administração de Yanukovich, as negociações avançaram, e a assinatura do acordo estava marcada para o final de novembro de 2013, na Reunião de Cúpula da União Europeia, em Vilnius, Lituânia (PLEKHANOV, 2015).

Uma semana antes de sua assinatura, todavia, o acordo foi rejeitado pelo gabinete de Yanukovich (BBC, 2013c). Ao invés do acordo com a União Europeia, a Ucrânia buscava fortalecer cooperação com a Rússia (BBC, 2014). A razão para isso foi que a Rússia pressionara a Ucrânia a não assinar o acordo. Algumas semanas mais tarde, o presidente russo, Putin, ofereceu um acordo de assistência econômica para a Ucrânia, concordando com a compra de US\$ 15 bilhões da dívida ucraniana, redução do preço do gás natural fornecido para a Ucrânia em um terço e investimento no setor industrial do país (BBC, 2014; PLEKHANOV, 2015).

A recusa de Yanukovich a assinar o Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia, no dia 21 de novembro de 2013, foi o estopim de uma série de manifestações que se desenrolaram em guerra civil. As manifestações eram motivadas pela revolta da população ucraniana que queria fazer parte da União Europeia e via a Rússia como o motivo para o atraso do país. O acordo com a União Europeia era entendido como caminho para tornar a Ucrânia um país rico, liberando acesso ao mercado europeu e aos investimentos ocidentais e, ao mesmo tempo, combatendo problemas como corrupção e desemprego (PLEKHANOV, 2015).

“A política ucraniana se tornou mais polarizada que nunca” (PLEKHANOV, 2015, p. 42, tradução nossa).<sup>55</sup> A oposição, segundo Plekhanov (2015), mobilizou o descontentamento popular mediante controle das mídias de massa, uso de redes sociais e financiamento de organizações não-governamentais norte-americanas. Além disso, a oposição utilizou bandeiras nacionalistas, apresentadas como defesa da democracia, em oposição às oligarquias e à corrupção, entendendo essa mensagem como busca por independência da influência russa (PLEKHANOV, 2015).

---

<sup>55</sup> No original: “Ukrainian politics became more polarized than ever.”

Ainda no final de novembro de 2013, milhares de manifestantes formaram os maiores protestos do país desde a Revolução Laranja de 2004 (BBC, 2013a). No início do mês de dezembro, oitocentas mil pessoas ocuparam a Praça *Maidan* (Praça da Independência), em Kiev, pedindo afastamento do presidente Yanukovich e a retomada das negociações com a União Europeia (BBC, 2013c). Os manifestantes carregavam cartazes com mensagens pró-Occidente e, como seu símbolo, bandeiras da União Europeia. De certo modo, essas manifestações lembravam aquelas da Revolução Laranja (GRESSEL, 2016; BBC, 2013a).

Dessa vez, contudo, as manifestações tornaram-se violentas. Uma coalizão oposicionista de grupos militantes ultranacionalistas juntou forças para combater as investidas repressivas do governo e ocupar espaços públicos em Kiev e outras cidades. Em 22 de janeiro de 2014, ocorreram as duas primeiras mortes em protestos (PLEKHANOV, 2015; MEARSHEIMER; 2015).

No mês de fevereiro, o conflito atingiu seu clímax. Manifestantes radicais armados empreenderam investida para tomar o prédio do parlamento em Kiev. O confronto durou três dias e resultou em quase cem mortes. Tendo em vista a escalada da violência, Alemanha, França, Polônia e Rússia intervieram no conflito e promoveram rodada de negociações entre os dois lados (PLEKHANOV, 2015).

O resultado das negociações, acertado no dia 21 de fevereiro, determinava novas eleições em maio. Até lá, um governo de unidade nacional seria formado, uma comissão independente investigaria os casos de abuso de autoridade e violência decorrentes dos confrontos entre polícia e manifestante, forças de segurança e grupos militantes deveriam retirar-se e armas ilegalmente obtidas seriam entregues às autoridades competentes (PLEKHANOV, 2015).

O acordo, no entanto, sucumbiu em questão de horas. A polícia e as forças de segurança retiraram-se do centro da cidade, como determinava o acordo. Os grupos militantes armados, por outro lado, se recusaram a aceitá-lo e a entregar as armas, pois exigiam remoção imediata de Yanukovich do poder. Nesse cenário, os prédios do governo que se localizavam no centro da cidade ficaram sem segurança, abertos para serem tomados. Aproveitando a oportunidade, os manifestantes ocuparam os prédios da administração presidencial (PLEKHANOV, 2015).

“O monopólio do uso da força na capital estava agora nas mãos da oposição. Temendo por sua vida, Yanukovich fugiu da capital” (PLEKHANOV, 2015, p. 54, tradução nossa).<sup>56</sup> Assim, o parlamento removeu oficialmente Yanukovich do poder em 22 de fevereiro (PLEKHANOV, 2015; BBC, 2014). O novo governo em Kiev era pró-Occidente e anti-Rússia (MEARSHEIMER, 2014).

Com a vitória da oposição em destituir Yanukovich da presidência, o país mergulhou ainda mais na guerra civil. O sucesso das manifestações da Praça da Independência em Kiev engatilhou revolta no sul e leste do país. Embora os grupos nacionalistas que tomaram o poder em Kiev detivessem apoio significativo na região oeste, as regiões sul e leste apoiavam Yanukovich, como ilustrado pelo Mapa 4, e, portanto, a reação pública nestas localidades foi negativa. Já em janeiro, forças de resistência ao movimento nacionalista e pró-Occidente começaram a surgir nestas regiões, a base do Partido das Regiões de Yanukovich (PLEKHANOV, 2015).

Após a mudança de governo, os movimentos de resistência ganharam força. No dia seguinte à destituição de Yanukovich, lideranças políticas pró-Yanukovich do sul e leste se reuniram e a classificaram como golpe de Estado. No dia seguinte à destituição, em 23 de fevereiro, o parlamento anulou a lei aprovada por Yanukovich que permitia o uso da língua russa em nível local, majoritariamente falada no sul e leste (PLEKHANOV, 2015).

O próximo movimento realizado no conflito foi dado pela Rússia. Em resposta à queda do presidente Yanukovich, o Kremlin denunciou a nova liderança ucraniana como ilegítima (HILLE, 2014). No dia primeiro de março, o parlamento russo aprovou o pedido de Putin para usar a força e proteger os interesses russos na Ucrânia (BBC, 2014). Seu interesse primordial era a manutenção da base naval de Sebastopol, na Crimeia. Esse porto é a base da frota naval russa do Mar Negro, vital para a projeção de poder naval para o Mar Mediterrâneo e para a defesa do porto de Novorossisk – maior porto comercial da Rússia, localizado em sua costa no Mar Negro (HILLE, 2014).

---

<sup>56</sup> No original: “The de facto monopoly on the use of force in the capital was now in the opposition’s hands. Fearing for his life, Yanukovich fled the capital.”

Mapa 7 – Península da Crimeia



Fonte: adaptado de KUGAN, 2012.

A urgência em defender a base naval de Sebastopol decorreu da mudança de regime em Kiev. No ano de 2010, Yanukovich prolongara a concessão do uso do porto de Sebastopol pela frota naval russa até 2042, com possibilidade de extensão até 2047. Entretanto, devido à destituição de Yanukovich e à ascensão de regime anti-Rússia, surgira a possibilidade de o novo governo revogar o acordo de 2010. Se a nova administração o fizesse, a frota russa da base de Sebastopol não teria mais respaldo político para se manter na Crimeia. Além do que, estaria aberto o caminho para que a Ucrânia fechasse acordo com a OTAN para que esta utilizasse as bases até então russas em Sebastopol (HILLE, 2014).

Para preservá-la, portanto, os russos decidiram tomar a Crimeia. Em 27 de fevereiro, ainda antes do pedido formal de Putin ao parlamento, forças armadas russas começaram a tomar pontos estratégicos da península. Em virtude das milhares de tropas já estacionadas na base de Sebastopol – cerca de quinze mil –, não foi necessário invadir a Crimeia, apenas a dominar.

A investida militar obteve sucesso sem dificuldade: seis pessoas morreram e duas ficaram feridas. Posteriormente, os pontos de acesso do continente para a península foram

bloqueados para evitar que as forças armadas ucranianas revertissem a situação (HILLE, 2014; MEARSHEIMER, 2014; MEARSHEIMER, 2015; PLEKHANOV, 2015).

No dia 16 de março, foi realizado o referendo de secessão da Crimeia, apoiado por Putin e políticos locais pró-Rússia. O resultado do referendo apontou que 97% da população da Crimeia era favorável à integração à Federação Russa. Dois dias depois, Putin assinou o tratado de anexação, oficializando a integração da Crimeia (MEARSHEIMER, 2014; BBC, 2014).

De acordo com Plekhanov (2015), esse episódio resultou na pior deterioração das relações entre Rússia e Ocidente desde o início dos anos 1980. Os governos dos Estados Unidos e diversos países europeus condenaram a ação russa. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou resolução apoiando a soberania territorial ucraniana e incentivando a comunidade internacional a não reconhecer o referendo da Crimeia. Países ocidentais impuseram sanções econômicas sobre a Rússia e interromperam cooperação em certas áreas.

Por fim, o que se deve notar nessa subseção é que, dentro do movimento maior que foi a expansão da União Europeia para leste, o Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia, cuja assinatura estava prevista para novembro de 2013, configurou o estopim da crise da Ucrânia de 2014. Tendo iniciado no dia seguinte ao abandono das negociações com a União Europeia, as manifestações da Praça *Maidan* obtiveram como resultado a exoneração do presidente Yanukovich. Mudança de governo à qual a Rússia não pôde deixar de responder, em razão de seus interesses na península da Crimeia.

O que se conclui, portanto, ao observar a política de expansão da União Europeia, é que o alargamento desta organização foi simétrico ao da OTAN: absorveu países da Europa Central e Oriental, os quais faziam parte da esfera de influência soviética. E a Ucrânia, que se incluía em tal esfera de influência, ameaçou interesses de importância vital para a Rússia ao buscar integrar-se ao Ocidente.

### **3.4. POR QUE A CRISE DA UCRÂNIA É CULPA DO OCIDENTE?**

Constatou-se que, além das três causas profundas da crise da Ucrânia apresentadas por Mearsheimer (2014) e descritas nas seções 3.1., 3.2. e 3.3., a argumentação do autor contém ainda uma condicionante: a Ucrânia representa interesse estratégico fundamental para a Rússia.

A presente seção, então, apresenta essa condicionante e, em seguida, o conteúdo explicativo da argumentação de Mearsheimer (2014), segundo a qual a crise da Ucrânia foi

culpa do Ocidente. Desse modo, a seção 3.4. consiste em duas etapas: (1) apresentação da importância estratégica da Ucrânia para a Rússia, e (2) teste da teoria de Mearsheimer (2001) – o qual serve para verificar se a argumentação do autor (2014) é coerente com sua teoria.

Como afirma Marshall (2015b), líderes ocidentais têm dificuldade de desvendar as ações da Rússia. Churchill, por exemplo, a definiu como “uma charada, envolta em um mistério, dentro de um enigma” (MIELNIZUCK, 2015, s/p). Após a anexação da Crimeia, Putin foi acusado de ser irracional, de querer ressuscitar o império soviético e foi comparado a Hitler. Segundo a opinião prevalecente no Ocidente, a responsabilidade pela crise da Ucrânia pode ser colocada quase que inteiramente sobre a Rússia. No entanto, de acordo com Mearsheimer (2014), essa visão está errada. Para o autor, os Estados Unidos e seus aliados são quem detêm maior parte da culpa pela crise (MEARSHEIMER, 2014).

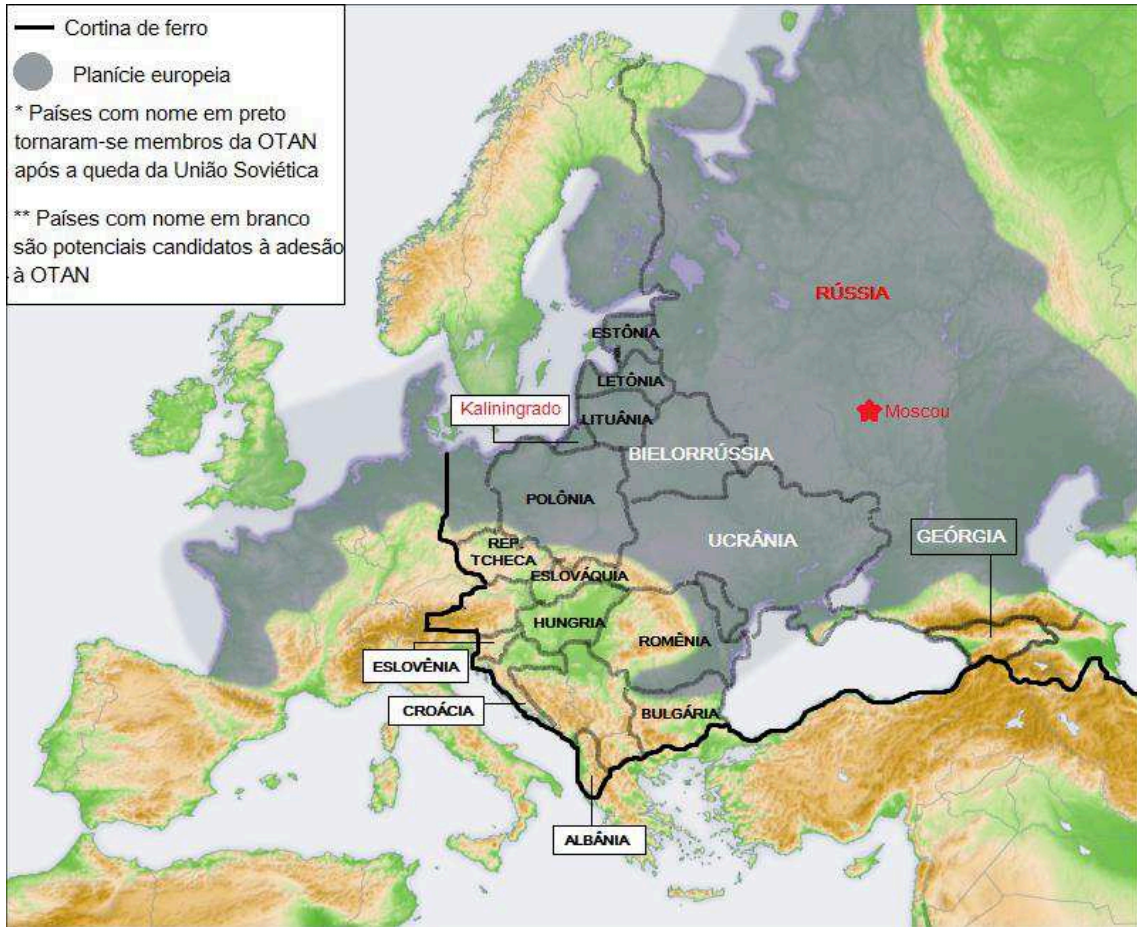
“E se os motivos de Putin não forem tão misteriosos assim? E se você os puder ler claramente em um mapa?” (MARSHALL, 2015b, s/p, tradução nossa).<sup>57</sup> Para Marshall (2015b), a intervenção russa na Ucrânia deve ser entendida a partir da tentativa dos líderes russos de lidar com a geografia. O autor afirma que duas preocupações da Rússia – vulnerabilidade em terra firme e falta de portos de águas quentes – levaram à sua ação na Ucrânia em 2014. O Mapa 8 a seguir ilustra a primeira preocupação russa – vulnerabilidade em terra firme –, que se reflete em fragilidade em termos de defesa contra invasões terrestres, devido à topografia europeia.

---

<sup>57</sup> No original: “What if Putin’s motives aren’t so mysterious after all? What if you can read them clearly on a map?”



Mapa 8 – Avanço da OTAN sobre a Planície Europeia



Fonte: adaptado de MARSHALL, 2015b.

Nos últimos quinhentos anos, a Rússia foi invadida diversas vezes pelo oeste. Os poloneses vieram pela planície europeia em 1605, seguidos pelos suecos de Carlos XII em 1707, pelos franceses sob Napoleão em 1812, e pelos alemães – nas duas guerras mundiais – em 1914 e 1941. Na Polónia, a planície tem apenas trezentas milhas de comprimento [cerca de quatrocentos e oitenta quilômetros] – do Oceano Báltico no norte até os Cárpatos no sul – mas, após esse ponto, ela se expande até uma largura de cerca de duas mil milhas [três mil e duzentos quilômetros] próximo à fronteira russa e, daí em diante, ela oferece uma rota plana direto para Moscou (MARSHALL, 2015b, s/p, tradução nossa).<sup>58</sup>

Em virtude da planície europeia, como ilustrado pelo Mapa 8, a Rússia possui uma grande fragilidade contra invasões terrestres: a ausência de barreira física na fronteira oeste.

<sup>58</sup> No original: “In the past 500 years, Russia has been invaded several times from the west. The Poles came across the European Plain in 1605, followed by the Swedes under Charles XII in 1707, the French under Napoleon in 1812, and the Germans – twice, in both world wars, in 1914 and 1941. In Poland, the plain is only 300 miles wide – from the Baltic Sea in the north to the Carpathian Mountains in the South –but after that point it stretches to a width of about 2,000 miles near the Russian border, and from there, it offers a flat route straight to Moscow.”

Como citado anteriormente, a fronteira oeste da Rússia tem cerca de três mil e duzentos quilômetros – da divisa com a Finlândia ao norte até a fronteira com a Ucrânia ao sul. Praticamente toda a extensão dessa fronteira consiste em planície, ou seja, acidente geográfico facilmente transitável por forças armadas terrestres. Fato que a história comprova, conforme a descrição de Marshall (2015b) das seguidas invasões vindas do oeste sofridas pela Rússia (MARSHALL, 2015b).

Devido à ausência de barreira física em sua fronteira ocidental, os russos tentaram diversas vezes conquistar os territórios da planície europeia até a Polônia. Esta representa um corredor relativamente estreito – cerca de quatrocentos e oitenta quilômetros –, onde as forças armadas russas poderiam bloquear o avanço de invasores com mais facilidade do que se tiverem que o fazer nas atuais fronteiras. No cálculo estratégico russo, portanto, o controle sobre os países que compõem a planície europeia é de importância vital para sua defesa, pois, se os controlar, garante zona-tampão entre sua fronteira e ameaças securitárias vindas do Ocidente pela planície europeia (MARSHALL, 2015b; MEARSHEIMER, 2014).

Desde o fim da União Soviética, contudo, a Rússia perdeu influência sobre a região, e o Ocidente avançou pela planície. Consequentemente, Ucrânia e Bielorrússia são os dois últimos Estados-tampão entre o bloco ocidental e a Rússia – na fronteira oeste desta. Conforme o Mapa 8, toda a região a leste da cortina de ferro era, nos tempos de Guerra Fria, zona de influência de Moscou (FEUERLICHT, 1955), o que foi mudando com as sucessivas rodadas de expansão da OTAN e da União Europeia, e também com a promoção da democracia financiada pelo Ocidente, processo descrito nos subcapítulos anteriores. Entre os países que faziam parte da esfera de influência soviética e que compõem a planície europeia, Polônia, Romênia e os três países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – já são membros da OTAN (MASTERS, 2016).<sup>59</sup> Desse modo, Bielorrússia e Ucrânia são os últimos países-tampão que restaram para separar o território russo do Ocidente. Eis, então, o primeiro fator geopolítico que faz da Ucrânia interesse estratégico fundamental russo (MARSHALL, 2015b).

De acordo com Marshall (2015b), o segundo fator pelo qual a Ucrânia se configura como interesse fundamental da Rússia decorre da ausência de portos de águas quentes no território russo que tenham acesso direto a oceano. Muitos de seus portos localizam-se no norte do país e, conseqüentemente, tem suas águas congeladas durante parte do ano. Os

---

<sup>59</sup> Desses cinco países, Estônia e Letônia partilham fronteira com o território contíguo da Rússia, e Lituânia e Polônia fazem fronteira com o exclave territorial russo de Kaliningrado, como mostra o Mapa 8 (MARSHALL, 2015b).

demais, como o porto de Novorossisk, no Mar Negro, e o de Vladivostok, no Mar do Japão, não tem acesso direto ao oceano, o que não impede o comércio, mas a capacidade da frota russa de operar como potência global (MARSHALL, 2015b).

Devido a tal escassez, portanto, o porto de Sebastopol, na Crimeia, ganha relevância. Embora ele não tenha acesso direto a oceano, localiza-se em águas quentes e profundas, o que permite, em primeiro lugar, navegação ao longo do ano inteiro, e, em segundo lugar, que embarcações militares de grande porte possam atracar sem dificuldade, garantindo seu interesse militar no Mar Negro<sup>60</sup> e sul da Rússia (MARSHALL, 2015b; HILLE, 2014).

Assim sendo, a Ucrânia é peça fundamental no cálculo estratégico russo: representa zona-tampão que protege a Rússia de ameaças ocidentais e abriga a base naval de Sebastopol. Consequentemente, como afirma Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa, grifo nosso),

Nenhum líder russo toleraria uma aliança militar que fora o inimigo mortal de Moscou até recentemente entrando na Ucrânia. Nem ficaria de braços cruzados enquanto o Ocidente ajudava a instalar um governo determinado a integrar a Ucrânia ao Ocidente. Washington pode não gostar da posição de Moscou, mas deveria entender a lógica por trás dela. Esse é o *ABC* da Geopolítica: *grandes potências são sempre sensíveis a ameaças potenciais perto de seu território.*<sup>61</sup>

Ilustrativo dessa sensibilidade russa citada por Mearsheimer (2014) foi o discurso de Putin de 18 de março de 2014. Proferido perante as duas casas do parlamento, no Kremlin, o discurso teve grande repercussão devido à ocasião: 18 de março de 2014 foi o dia em que Putin assinou o tratado de anexação da Crimeia. Referindo-se à ameaça que o Ocidente representa para seu país, Putin (2014, s/p, tradução nossa, grifo nosso) afirmou:

Em resumo, nós temos toda a razão para assumir que a infame política de contenção [da Rússia] conduzida [pelo Ocidente] nos séculos XVIII, XIX e XX continua nos dias de hoje. Eles [Ocidente] estão constantemente tentando nos encurralar, porque temos uma posição independente e a mantemos [...]. *Mas tudo tem limite. E com a Ucrânia, nossos parceiros ocidentais foram longe demais* [...]. A Rússia é um país independente, participante ativo nos assuntos internacionais. Como outras nações, temos interesses que precisam ser respeitados e levados em consideração [...].

<sup>60</sup> Apesar de o porto de Novorossisk – um dos maiores portos comerciais da Rússia – se localizar também no Mar Negro – ver Mapa 7 –, sua baía não é propícia para fins militares, pois suas águas não são naturalmente profundas, como as de Sebastopol (HILLE, 2014; KUGAN, 2012).

<sup>61</sup> No original: “No Russian leader would tolerate a military alliance that was Moscow’s mortal enemy until recently moving into Ukraine. Nor would any Russian leader stand idly by while the West helped install a government there that was determined to integrate Ukraine into the West. Washington may not like Moscow’s position, but it should understand the logic behind it. This is Geopolitics 101: great powers are always sensitive to potential threats near their home territory.”

*Apesar de todos os processos internos da organização, a OTAN continua sendo uma aliança militar, e nós somos contrários a uma aliança militar se sentindo em casa bem no nosso quintal ou no nosso território histórico. Simplesmente não consigo imaginar que viajaríamos para Sebastopol para visitar marinheiros da OTAN.*<sup>62</sup>

Salienta-se que Putin (2014) se referiu à Ucrânia, em geral, como quintal de Moscou e ao porto de Sebastopol, em particular, como reduto imprescindível de seu poder naval, o qual não poderia, de modo algum, ser compartilhado com a OTAN. Mas, sobretudo, o que se destaca na fala de Putin (2014) é a percepção acerca do Ocidente enquanto rival. Este, tentando *encurrular* a Rússia ao longo de três séculos de *infame política de contenção* – nas palavras de Putin (2014) –, fora, enfim, longe demais. Segundo Mearsheimer (2015, s/p, tradução nossa, grifo nosso), portanto, o que Putin fez foi comunicar ao Ocidente: “ou você recua, e nós retornamos ao *status quo* [...] em que a Ucrânia era um Estado-tampão, ou você continua a jogar esse jogo no qual você tenta transformar a Ucrânia em um bastião do Ocidente na nossa porta. Nos dois casos, nós vamos quebrar o país [Ucrânia]”, e Mearsheimer (2015, s/p, tradução nossa) segue afirmando: “E ele [Putin] está quebrando a Ucrânia, porque ele está basicamente dizendo ao Ocidente: ‘você não pode tê-la, e vou quebrá-la antes que você a tenha’.”<sup>63</sup>

A manutenção do controle sobre a Ucrânia, portanto, é de importância vital para a Rússia. Primeiro, por causa de sua função como Estado-tampão. Segundo, em virtude da base naval de Sebastopol (MARSHALL, 2015b). Assim sendo, a Ucrânia representa interesse estratégico fundamental para a Rússia, razão pela qual esta tomou a atitude de anexar a Crimeia. Segundo Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa), “A história mostra que países vão absorver quantidades enormes de punição a fim de proteger seus interesses estratégicos fundamentais. Não há razão para pensar que a Rússia representa uma exceção a essa regra.”<sup>64</sup>

<sup>62</sup> No original: “In short, we have every reason to assume that the infamous policy of containment, led in the 18th, 19th and 20th centuries, continues today. They are constantly trying to sweep us into a corner because we have an independent position, because we maintain it [...]. But there is a limit to everything. And with Ukraine, our western partners have crossed the line [...]. Russia is an independent, active participant in international affairs; like other countries, it has its own national interests that need to be taken into account and respected [...]. For all the internal processes within the organisation, NATO remains a military alliance, and we are against having a military alliance making itself at home right in our backyard or in our historic territory. I simply cannot imagine that we would travel to Sevastopol to visit NATO sailors.”

<sup>63</sup> No original: “you either back off, and we go back to the *status quo* [...] when Ukraine was a buffer-state or you continue to play this games where you are trying to make Ukraine a Western bastion on our doorstep. In wich case, we will wreck the country [...]. And he is wrecking Ukraine because he is basically saying to the West: ‘you can’t have it, and I will wreck it before you take it.’”

<sup>64</sup> No original: “History shows that countries will absorb enormous amounts of punishment in order to protect their core strategic interests. There is no reason to think Russia represents an exception to this rule.”

Tendo demonstrado que a Ucrânia configura interesse estratégico fundamental para a Rússia, resta apresentar a justificativa pela qual Mearsheimer (2014) afirma que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente. Para tanto, recorre-se aos conceitos descritos no Capítulo 2, em especial, a tríade comportamental *medo*, *autoajuda* e *maximização de poder* (MEARSHEIMER, 2001).

Em suma, o Capítulo 2 apresentou a ideia central da teoria de Mearsheimer (2001), que consiste em explicar por que os Estados tendem a agir agressivamente para garantir sua sobrevivência. Basicamente, como exposto no Capítulo 2, o argumento do autor decorre da tríade comportamental: (1) *medo* – como as intenções dos Estados são imprevisíveis, há desconfiança mútua, pois todas as grandes potências detêm poder militar e podem usá-lo por interesse particular; (2) *autoajuda* – devido à anarquia internacional, os Estados têm de garantir sua sobrevivência por meios próprios, porque não há instância jurídica à qual se possa recorrer em caso de injúria; e (3) *maximização de poder* – a melhor forma de sobreviver nesse sistema, portanto, é sendo o mais forte, pois quanto mais forte se é em relação aos rivais, menor a chance de que eles resolvam atacar. A conclusão do argumento, então, é que os Estados são maximizadores de poder relativo: “o melhor caminho para um Estado sobreviver na anarquia é tomando vantagem de outros Estados e ganhando poder à sua custa. A melhor defesa é um bom ataque” (MEARSHEIMER, 2001, p. 36, tradução nossa).<sup>65</sup>

O que deve ser demonstrado de agora em diante é como essa tríade comportamental se manifestou nas atitudes da Rússia e resultou na crise da Ucrânia de 2014. Em suma, a marcha do Ocidente – por meio da expansão da OTAN e da União Europeia, bem como da promoção da democracia – representou ameaça para a Rússia e, por conseguinte, causou-lhe *medo*, o primeiro pilar da tríade comportamental. Em seguida, durante as décadas de 1990 e 2000, a Rússia, que estava debilitada em virtude do desmantelamento da União Soviética, conviveu com tal ameaça do Ocidente sem poder recorrer ao socorro de qualquer instituição para garantir sua segurança, o que espelha o segundo alicerce da tríade comportamental, a *autoajuda*. Por fim, após mais de duas décadas de convívio com o Ocidente avançando sobre sua antiga esfera de influência, a Rússia adotou o terceiro comportamento da tríade de Mearsheimer (2001), a *maximização de poder*, o que se refletiu na crise da Ucrânia de 2014. Os três passos são descritos detalhadamente nos próximos parágrafos.

Em primeiro lugar, o medo. Porque o Ocidente ganhou poder relativo à custa da Rússia nas décadas seguintes ao desmantelamento da União Soviética, e porque as intenções

---

<sup>65</sup> No original: “the best way for a state to survive in anarchy is to take advantage of other states and gain power at their expense. The best defense is a good offense.”

dos Estados são imprevisíveis, a Rússia se sentiu ameaçada – como ilustrado pelo discurso de Putin (2014) de 18 de março de 2014. No pós-Guerra Fria, a Rússia viu sua área de influência na Europa Central e Oriental sendo tomada pelo Ocidente, resultado dos três processos descritos anteriormente – avanço da OTAN e da União Europeia e promoção da democracia. Com efeito, o Ocidente ganhou poder em relação à Rússia, e, como afirma Mearsheimer (2001), grandes potências são sensíveis a mudanças na distribuição de poder. O Mapa 9 a seguir ilustra o processo histórico em panorama mais amplo e evidencia o encolhimento do território russo na Europa, bem como de sua área de influência – duas fontes de insegurança para a Rússia.

Mapa 9 – Mudanças das Fronteiras Russas e de sua Área de Influência



Fonte: MARSHALL, 2015b.



Evidencia-se, ao observar o Mapa 9, como tanto o território russo propriamente dito quanto sua esfera de influência no continente europeu se retraíram ao longo dos cem anos que precederam a crise da Ucrânia. Comparando-se o primeiro e o último quadro do Mapa 9, evidencia-se, em primeiro lugar, como a Rússia perdeu território na Europa equivalente à área de seis países: Bielorrússia, Estônia, Letônia, Lituânia, Moldávia e Ucrânia. Em segundo lugar, deve-se destacar como, não apenas o território russo propriamente dito, mas também a zona de influência do país se encolheu. Entre 1945 e 1991, os seis países citados anteriormente, embora não mais fizessem parte do território russo, eram repúblicas soviéticas, e, além disso, outros sete países da Europa Central faziam parte da aliança militar soviética – o Pacto de Varsóvia –: Alemanha Oriental, Bulgária, Eslováquia, Hungria, Polônia, República Tcheca e Romênia. Assim sendo, o Mapa 9 mostra como não somente o território russo se reduziu (com a independência daqueles seis países), mas também sua esfera de influência se encolheu (com dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia).

Embora o Mapa 9 apresente panorama histórico amplo, a análise da presente pesquisa se foca no período pós-soviético. Desse modo, seguindo a definição de poder apresentada no Capítulo 2 – militar e latente –, por um lado, a Rússia perdeu poder: (1) *militar*: a aliança militar do Pacto de Varsóvia foi dissolvida em 1991 (NATO, 2016), e a capacidade militar russa, comparada à da União Soviética, reduziu consideravelmente (TRENIN, 2016);<sup>66</sup> e (2) *latente*: com os processos de independência decorrentes da dissolução da União Soviética, tanto em termos demográficos quanto econômicos, a Rússia se enfraqueceu.<sup>67</sup> Por outro lado, o Ocidente ganhou poder: (1) *militar*: com a expansão da OTAN, a aliança atlântica recebeu reforço de doze novos membros e, conseqüentemente, melhor posicionamento geoestratégico no continente – bases militares nos mares Negro, Báltico e Adriático, bem como na planície europeia e na fronteira com a Rússia; e (2) *latente*: com a expansão da União Europeia e a promoção da democracia, países da Europa Central e Oriental se integraram política e economicamente ao Ocidente, fornecendo-o apoio político-diplomático e abrindo seus mercados para investimento ocidental. No que diz respeito à distribuição de poder no pós-Guerra Fria, portanto, a Rússia se enfraqueceu em relação ao Ocidente, o que, segundo os pressupostos de Mearsheimer (2001), resulta em insegurança para a Rússia.

<sup>66</sup> Como afirma Trenin (2016), de 1988 a 1994, as forças armadas de Moscou reduziram, em pessoal, de cinco para um milhão, e os gastos anuais em defesa caíram de US\$ 246 bilhões para US\$ 14 bilhões no mesmo período. Apesar da modernização militar russa aplicada a partir de 2008, a disparidade entre o poder militar da Rússia e o do Ocidente, em particular dos Estados Unidos, ainda é muito grande.

<sup>67</sup> Em 1990, a população da União Soviética correspondia a cerca de 290 milhões de habitantes (UNITED STATES, 1991). Em 2016, a população da Rússia corresponde a 142 milhões de habitantes (CIA, 2016).

Em segundo lugar, a autoajuda. Sem que nada pudesse ser feito para impedir o avanço do Ocidente sobre sua esfera de influência, Moscou teve que assistir ao Ocidente ganhar poder relativo à sua custa. Essa situação pode ser entendida, em termos realistas, como o *911 problem*.<sup>68</sup> Como não há autoridade superior para socorrer os Estados quando estão sob ameaça, e como os demais Estados são ameaças potenciais, eles são obrigados a fornecer sua própria segurança (MEARSHEIMER, 2001). Sendo assim, como os russos estavam fracos demais para se opor ao avanço da OTAN, nenhum outro Estado o fez em favor da Rússia, pois a autoajuda é condição básica do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2014; MEARSHEIMER, 2001).

Em terceiro lugar, a maximização de poder. Tal situação de autoajuda descrita acima faz com que os Estados percebam que a melhor forma de sobreviver é buscando oportunidades para modificar a balança de poder em seu favor. Quanto mais ameaçado estiver um Estado, maior a disposição para adotar medidas arriscadas a fim de garantir sua segurança (MEARSHEIMER, 2001). Tendo em vista que as diversas declarações russas contrárias ao avanço do Ocidente expressas ao longo das décadas de 1990 e 2000 não surtiram efeito, os russos recorreram ao meio mais arriscado para garantir sua segurança: o militar.

Para ilustrar o comportamento da Rússia, Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa) elabora uma comparação: “Imagine a ira em Washington caso a China criasse uma aliança militar impressionante e tentasse incluir o Canadá e o México nela”.<sup>69</sup> Para o autor, é claro que os Estados Unidos não permitiriam que isso se concretizasse, assim como não haviam deixado Cuba formar aliança militar com a União Soviética durante a Guerra Fria, pois a manutenção do controle norte-americano sobre o hemisfério ocidental é interesse estratégico fundamental dos Estados Unidos – assim como a Ucrânia o é para a Rússia. Pelos mesmos motivos, os russos não permitiram que a Ucrânia formasse aliança militar com o Ocidente: grandes potências são sensíveis a alterações na balança de poder, e estão dispostas a lutar e sofrer enormes punições por seus interesses estratégicos fundamentais (MEARSHEIMER, 2014; MEARSHEIMER, 2015).

---

<sup>68</sup> Como explicado no Capítulo 2, o *911 problem* é uma metáfora utilizada por Mearsheimer (2001) para ilustrar o conceito de anarquia internacional. *9-1-1* é o número telefônico para o qual se disca, nos Estados Unidos e no Canadá, para pedir socorro de polícia ou de bombeiro. No sistema internacional, diferentemente, não há opção de discar um número telefônico e receber auxílio ou proteção, pois o sistema é anárquico, isto é, não há instituição que detenha monopólio do uso legítimo da violência para interferir em favor de um Estado que sofreu injúria (MEARSHEIMER, 2001; WALTZ, 2002).

<sup>69</sup> No original: “Imagine the outrage in Washington if China built an impressive military alliance and tried to include Canada and Mexico in it.”



Em suma, então, o presente capítulo apresentou por que a crise da Ucrânia foi, segundo Mearsheimer (2014), culpa do Ocidente. O argumento do autor pode ser resumido em três etapas. Primeiro, a Ucrânia se configura como interesse estratégico fundamental da Rússia. Em segundo lugar, o Ocidente avançou sua tróica sobre a Ucrânia: financiou a Revolução Laranja de 2004 e se aproximou política, econômica e militarmente dela (por meio da União Europeia e da OTAN). Em terceiro lugar, a Rússia reagiu, ao anexar a Crimeia. Como afirma Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa), portanto, “o resultado é que, sem saber, os Estados Unidos e seus aliados provocaram uma grande crise na Ucrânia”,<sup>70</sup> pois não reconheceram que ela é tão importante para a Rússia e que, por isso, Moscou não poderia suportar um regime anti-Rússia e muito menos tropas da OTAN no território ucraniano (MEARSHEIMER, 2014).

---

<sup>70</sup> No original: “the result is that the United States and its allies unknowingly provoked a major crisis over Ukraine.”

## 4. CRISE DA GEÓRGIA

O objetivo do presente capítulo resume-se a duas tarefas: (1) demonstrar como os três elementos centrais da argumentação de Mearsheimer (2014) – avanço da OTAN, promoção da democracia e expansão da União Europeia – se manifestam também na Geórgia; e (2) verificar se, assim como a crise da Ucrânia de 2014, a crise da Geórgia de 2008 foi culpa do Ocidente, de acordo com a teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001).

### 4.1. AVANÇO DO OCIDENTE

O objetivo desse subcapítulo é demonstrar como aquelas três componentes da argumentação de Mearsheimer (2014), descritas no capítulo anterior, se expressaram também na Geórgia.

Em termos político-econômicos, as relações bilaterais Geórgia-União Europeia vêm sendo intensificadas desde 2003, com o lançamento da Política Europeia de Vizinhança (EUROPEAN COMMISSION, 2016b; EUROPEAN UNION, 2016c). No que diz respeito à promoção da democracia, a Geórgia viveu a Revolução Rosa em 2003, a qual foi instigada e financiada pelo Ocidente (SUSSMAN; KRADER, 2008; TUCKER, 2007). Por fim, no quesito militar, a OTAN declarou em 2008 sua intenção de tornar a Geórgia membro da organização atlântica (MEARSHEIMER, 2014; NATO, 2008). A Geórgia, portanto, assim como a Ucrânia, pode ser vista como alvo da marcha do Ocidente a leste.

Quanto à aproximação da União Europeia com a Geórgia, segundo Rinnert (2011), os anos iniciais dessa aproximação se caracterizaram pelo desinteresse mútuo. Embora houvesse, desde 1991, iniciativa de cooperação (*Technical Assistance to the Commonwealth of Independent States*), a União Europeia não direcionava muita atenção à região do Cáucaso devido à distante localização e reduzida dimensão geográfica. A Geórgia, por outro lado, independente da União Soviética desde 1991, encontrava-se imersa em conflitos internos e consolidação de suas próprias instituições. Após 1996, essa relação passou ainda por período de deterioração por causa da falta de compromisso dos dois lados e da ambiguidade de acordos de parceria e cooperação (RINNERT, 2011).

Foi apenas em 2003 que a União Europeia começou a revitalizar sua relação com a Geórgia. Com a publicação da Estratégia Europeia de Segurança, em 2003, pela primeira vez a organização continental reconheceu a necessidade de estabilizar sua vizinhança e fortalecer interesses no Cáucaso. Como abordado no capítulo anterior, no ano de 2003 foi lançada a

Política Europeia de Vizinhança, que, de acordo com Rinnert (2011, p. 7, tradução nossa), “almejava exportar estabilidade sem importar instabilidade” de seus vizinhos.<sup>71</sup> A Geórgia foi um dos parceiros da União Europeia nesse programa. Desde então, as relações entre Geórgia e União Europeia se intensificaram com base no princípio de integração contínua (RINNERT, 2011).

A Política Europeia de Vizinhança consistia em uma iniciativa bilateral baseada em dois pilares (RINNERT, 2011). O primeiro, tendo em vista a instabilidade das regiões vizinhas, era o de “promover um cinturão de países bem governados a leste da União Europeia” (EUROPEAN UNION, 2003, p. 8). E o segundo se alicerçava no compartilhamento dos princípios fundamentais da organização com os países vizinhos, tais como valores democráticos, Estado de direito e direitos humanos (RINNERT, 2011; EUROPEAN COMMISSION, 2016b).

Além do lançamento da Política Europeia de Vizinhança, outra força estimulou a Geórgia a se aproximar do Ocidente: a Revolução Rosa. Esse evento se enquadra na categorização de Tucker (2007) de revoluções coloridas, descrita no Capítulo 2, Mapa 3. De acordo com Bandeira (2013, p. 96, grifo do autor),

O ex-presidente do International Center for Journalists e professor da Boston University, David Anable, classificou a Geórgia como o segundo dos três dominós – Sérvia, Geórgia e Ucrânia – nos quais ‘*nonviolent revolutions*’ derrubaram líderes *Soviet-style*, autoritários e semiautoritários, e a mídia desempenhou importante papel, com o suporte técnico e financeiro do Ocidente.

Nesse sentido, o Ocidente, particularmente os Estados Unidos, instigaram mobilizações políticas nos três países citados por Bandeira (2013): na Sérvia, em 2000, o presidente Milosevic foi deposto; na Geórgia, em 2003, o presidente Shevardnadze renunciou à presidência; e na Ucrânia, em 2004, a eleição de Yanukovich foi invalidada. Nos três casos, o Ocidente teve papel determinante (SUSSMAN; KRADER, 2008; TUCKER, 2007).

Essas mobilizações, como argumentam Sussman e Krader (2008), basearam-se no mesmo modelo de revolução, tanto é que há relação direta entre os movimentos que as promoveram. Como afirmou Slobodan DjinoVIC, um dos líderes do grupo *Otpor* (Resistência), que ajudou a derrubar Milosevic na Sérvia, “Nós estamos trabalhando com movimentos civis

---

<sup>71</sup> No original: “aimed at exporting stability without importing instability.”

em diversos países, não quero nomeá-los. Mas a Geórgia é a primeira história de sucesso” (ANTELAVA, 2003, s/p, tradução nossa).<sup>72</sup>

Financiados pela organização não governamental norte-americana *Soros foundation*, ativistas georgianos visitaram Belgrado, Sérvia, onde receberam treinamento do grupo *Otpor* poucos meses antes da queda de Shevardnadze, em 2003. Ao retornar à Geórgia, os ativistas georgianos formaram o grupo *Kmara* (Basta). Sua ideia central era que o governo de Shevardnadze não cumprira suas promessas, e era tempo de a população tomar alguma medida (ANTELAVA, 2003). Como incentivo inicial, a *Soros foundation* deu a esse grupo da juventude georgiana US\$ 350.000. Não somente, a *Soros foundation* também financiou na Geórgia o canal de televisão *Rustavi-2* e o jornal *24 Horas*. (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Em resumo, a Revolução Rosa consistiu em uma série de protestos não violentos que levaram Shevardnadze a renunciar à presidência, em novembro de 2003. O estopim dos protestos foi a eleição parlamentar, que, como garantiram observadores internacionais, foram manipuladas e fraudadas (MYDANS, 2003; OSCE, 2004). Como consequência da renúncia de Shevardnadze, nova eleição presidencial ocorreu em janeiro de 2004, da qual o líder da Revolução Rosa, Saakashvili, saiu vencedor com 96.2% dos votos (FAIRBANKS, 2004).

Por um lado, Saakashvili frequentara, nos anos 1990, a *Columbia Law School* e a *George Washington University Law School*, nos Estados Unidos (BANDEIRA, 2013). E, por outro, Shevardnadze era, nos tempos de União Soviética, primeiro-secretário do partido comunista da Geórgia e, após a independência em 1991, retornara ao poder como presidente (FAIRBANKS, 2004) – razão pela qual Bandeira (2013) o caracteriza como *líder Soviet-style*.

“No total, os Estados Unidos gastaram US\$ 2.4 milhões nas eleições da Geórgia em 2004” em apoio a Saakashvili (SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 101, tradução nossa).<sup>73</sup> Além disso, União Europeia, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Conselho da Europa também auxiliaram financeiramente a iniciativa de mudança de regime na Geórgia (SUSSMAN; KRADER, 2008).

A revolta popular era uma resposta não somente à fraude eleitoral, mas também às condições de vida no país. Segundo Greenberg (2004), sob o governo de Shevardnadze, que se manteve no cargo presidencial por doze anos (1992-2003), a corrupção se tornara pandêmica, e a violência crescera, era comum a escassez de eletricidade e água (MYDANS, 2004). “Simbolizada pelas rosas entregues a Saakashvili quando ele se encontrava com o

<sup>72</sup> No original: “We are working with civil movements in several countries, and I don't want to name them. But Georgia is the first success story,”

<sup>73</sup> No original: “In total, the U.S. spent \$2,4 million on Georgia's 2004 election. ”

público”, a Revolução Rosa culminou na renúncia do presidente Shevardnadze no dia 23 de novembro de 2003 (MYDANS, 2003, s/p, tradução nossa).<sup>74</sup>

“Não pensei que deveria ter prestado muita atenção a esses jovens correndo por aí com bandeiras e fazendo grafite nas ruas. Eu estava errado.” Assim falou Eduard Shevardnadze, presidente deposto da Geórgia [...]. Shevardnadze, como anteriormente Milosevic e posteriormente Yanukovich, estava despreparado para a forma moderna de propaganda política e mudança de governo (SUSSMAN; KRADER, 2008, p. 102, tradução nossa).<sup>75</sup>

Tal *forma moderna de propaganda política e mudança de governo* citada pelos autores se refere à estratégia utilizada nas revoluções coloridas, baseada na obra de Sharp (2010), *From Dictatorship to Democracy*, como exposto no capítulo anterior (SUSSMAN; KRADER, 2008; BANDEIRA, 2013).

Além disso, o Ocidente promoveu a unificação da oposição na Geórgia, assim como o fizera na Ucrânia durante a Revolução Laranja. Para tanto, assessores de campanha norte-americanos persuadiram o líder da oposição, Zhvania, a ceder sua candidatura a Saakashvili, que concorreu à presidência em janeiro de 2004, da qual saiu vencedor (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Como consequência, de acordo com Rinnert (2011, p. 6, tradução nossa), “a Revolução Rosa e as mudanças políticas que a seguiram levaram a uma mudança de política externa na Geórgia orientada para o Ocidente”.<sup>76</sup> Nesse sentido, Bandeira (2013, p. 113) é ainda mais enfático, ao afirmar que “A Geórgia, das antigas repúblicas que integraram a União Soviética, foi a que mais estreitamente se aliou aos Estados Unidos depois da chamada Revolução Rosa”. Desse modo, evidencia-se como o Ocidente interveio na Geórgia para: (1) promover a democracia, por meio da estratégia de mudança de regime expressa pela Revolução Rosa, e (2) integrá-la ao Ocidente política e economicamente, mediante cooperação com a União Europeia. Além desses dois, há um terceiro elemento pelo qual o Ocidente buscou englobar a Geórgia à sua esfera de influência: o avanço da OTAN (MEARSHEIMER, 2014).

<sup>74</sup> No original: “Symbolized by the red roses handed to Mr. Saakashvili when he meets the public”.

<sup>75</sup> No original: “I did not think I should have paid serious attention to these young people running around with flags and making graffiti on the streets. I was wrong. ’ So spoke Eduard Shevardnadze, deposed president of Georgia [...]. Shevardnadze, like Milosevic before and Yanukovich after him, was unprepared for the modern mode of political propaganda and government displacement. ”

<sup>76</sup> No original: “the Rose Revolution and its following political changes led to a Western-oriented foreign policy shift within Georgia. ”

Durante a Reunião de Cúpula da OTAN em 2002 – ainda antes da Revolução Rosa –, a “Geórgia declarou que aspirava a uma eventual associação à OTAN” (NICHOL, 2008, s/p, tradução nossa). E, no ano seguinte, aprofundando o ímpeto pró-Occidente,

Após a Revolução Rosa de 2003 na Geórgia levar novo governo reformista ao poder, a Geórgia estabeleceu como prioridade a integração com instituições ocidentais, incluindo OTAN e União Europeia (NICHOL, 2008, s/p, tradução nossa).<sup>77</sup>

A aspiração georgiana à integração militar com o Occidente continuou se desenvolvendo ao longo dos anos seguintes. Em janeiro de 2008, após a reeleição de Saakashvili, membros da OTAN reconheceram os avanços internos da Geórgia, importantes para sua adesão: elogiaram o progresso obtido em criar uma economia de livre-mercado e em realizar eleições democráticas (NICHOL, 2008). Como exemplo, o porta-voz da OTAN, Appathurai, afirmou que a aliança “continuará a aprofundar o intensificado diálogo com a Geórgia e apoiará esforços adicionais para [a Geórgia] atingir padrões euro-atlânticos” (NICHOL, 2008, s/p, tradução nossa).<sup>78</sup>

Três meses depois, em abril de 2008, realizou-se a Reunião de Cúpula da OTAN em Bucareste, Romênia – ponto de inflexão na relação Geórgia-OTAN. Durante a reunião, ocorreram debates sobre a adesão de dois países: Ucrânia e Geórgia. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, apoiou a adesão.<sup>79</sup> Como resultado, os aliados concordaram em enviar aos dois países uma mensagem sinalizando confiança de que eles se tornariam membros plenos da organização, mesmo que não houvesse data prevista (GALLIS, 2008; NICHOL, 2008; MEARSHEIMER, 2014).

De acordo com a declaração oficial da reunião, publicada em 3 de abril de 2008, a “OTAN dá as boas-vindas às aspirações euro-atlânticas da Ucrânia e da Geórgia”, e segue afirmando: “*Nós concordamos hoje que esses países se tornarão membros da OTAN*”

<sup>77</sup> No original: “Georgia declared that it aspired to eventual NATO membership [...]. After Georgia’s ‘rose revolution’ of late 2003 brought a new reformist government to power, Georgia placed top priority on integration with Western institutions, including NATO and the European Union (EU).”

<sup>78</sup> No original: “will continue to deepen its intensified dialogue with Georgia, and support efforts to meet Euro-Atlantic standards.”

<sup>79</sup> Tal apoio norte-americano à adesão da Geórgia já fora mencionado em 2006, durante a visita de Saakashvili aos Estados Unidos. Em julho de 2006, George W. Bush afirmara: “Acredito que a OTAN se beneficiaria com a Geórgia sendo membro da OTAN, e penso que a Geórgia se beneficiaria. E há um caminho adiante pelo MAP [*Membership Action Plan*]” (NICHOL, 2008, p. 5, tradução nossa).

*Membership Action Plan* (MAP) é um programa da OTAN destinado a aconselhar e auxiliar países que desejam se associar à organização (NATO, 2015b).

No original: “I believe that NATO would benefit with Georgia being a member of NATO, and I think Georgia would benefit. And there’s a way forward through the MAP.”

(NATO, 2008, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).<sup>80</sup> Essa mensagem de boas-vindas a Ucrânia e Geórgia “era também uma mensagem óbvia para Moscou”, dizendo que a Rússia não podia determinar quais países deveriam ou não entrar na organização atlântica (GALLIS, 2008, p. 6, tradução nossa).<sup>81</sup>

Moscou, contudo, não viu a declaração com bons olhos. Segundo Mearsheimer (2014), o representante de relações exteriores russo, Grushko, afirmou que a adesão de Ucrânia e Geórgia representava grave erro estratégico, o qual poderia causar sérias consequências para a segurança europeia. Além disso, “Putin afirmou que admitir esses dois países à OTAN representaria uma ‘ameaça direta’ à Rússia” (MEARSHEIMER, 2014, s/p, tradução nossa).<sup>82</sup>

Apenas quatro meses após a declaração da reunião de Bucareste, a Rússia invadiu a Geórgia. Para Bandeira (2013, p. 111), esse evento “constituiu séria advertência de que aquela região, no Cáucaso, à margem do Mar Negro, estava na esfera de influência da Rússia, que não permitiria maior penetração dos Estados Unidos e das potências do Ocidente”.

Segundo King (2008), a Geórgia vivia um frágil *status quo*: no norte e noroeste do país, havia duas províncias separatistas – Ossétia do Sul e Abecásia, respectivamente, como indica o Mapa 10 a seguir.

---

<sup>80</sup> No original: “NATO welcomes Ukraine’s and Georgia’s Euro-Atlantic aspirations for membership in NATO. We agreed today that these countries will become members of NATO. ”

<sup>81</sup> No original: “was also an obvious message to Moscow that it may not determine which governments enter NATO. ”

<sup>82</sup> No original: “Putin maintained that admitting those two countries to NATO would represent a ‘direct threat’ to Russia. ”

Mapa 10 – Províncias Separatistas da Geórgia



Fonte: adaptado de EUROPEAN UNION, 2009.

O conflito estourou quando tropas georgianas, na noite do dia 7 de agosto de 2008, respondendo a um ataque vindo da Ossétia do Sul, invadiram a região separatista para retomar controle sobre o território.<sup>83</sup> De acordo com Bandeira (2013, p. 113), “A invasão da Ossétia do Sul foi planejada pelo governo de Mikheil Saakashvili e recebeu luz verde do presidente George W. Bush”.

Durante a investida das tropas georgianas, no entanto, soldados russos foram mortos (KING, 2008). E, como resposta, a Rússia interveio a fim de defender a autonomia da Ossétia do Sul e da Abecásia (BANDEIRA, 2013).

Moscou, que tem apoiado o governo da província separatista [Ossétia do Sul] por mais de uma década, retaliou com uma invasão em grande escala, enviando aeronaves e blindados para a Ossétia do Sul e almejando alvos militares e centros dentro da Geórgia. A Rússia ainda reforçou sua presença militar na Abecásia, outra província separatista no noroeste do país (KING, 2008, s/p, tradução nossa).<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Há diferentes versões sobre quem cometeu a agressão inicial (EUROPEAN UNION, 2009). De acordo com autoridades georgianas, os russos começaram o conflito ao entrar ilegalmente no território da Ossétia do Sul com tropas e equipamentos. Segundo autoridades russas, por outro lado, foram os georgianos que invadiram primeiro a Ossétia do Sul. Enquanto os russos chamam sua ação de *peace enforcement operation*, os georgianos a chamam de agressão. O relatório da União Europeia (2009), contudo, não pôde apresentar conclusões substanciais sobre o assunto.

Segundo King (2008), numa terceira versão, foram os ossetos que atacaram primeiro as tropas georgianas, as quais responderam à agressão, o que desencadeou a retaliação russa.

<sup>84</sup> No original: “Moscow, which had supported the province's secessionist government for more than a decade, retaliated with a fullscale invasion, sending aircraft and armored columns into South Ossetia and targeting key



A Ossétia do Sul, província com cerca de setenta mil habitantes, é um enclave étnico com intenções separatistas, assim como a Abecásia. Após a independência da Geórgia, em 1991, a divisão interna em três entidades político-territoriais permaneceu: incluindo a República Autônoma da Abecásia, o *Oblast* (distrito) Autônomo da Ossétia do Sul e a Geórgia propriamente dita, a qual englobava os dois anteriores (EUROPEAN UNION, 2009).

Desde a independência, a rivalidade entre as três regiões se manteve, o que resultou em sucessivas investidas militares georgianas para acabar com os movimentos separatistas. A primeira foi na Ossétia do Sul, em 1991-1992, em seguida na Abecásia, em 1992-1994, e a terceira, novamente contra a Ossétia do Sul, em 2004. Todos os conflitos terminaram com derrota das forças georgianas e perda de controle sobre os dois territórios, que permaneceram funcionalmente separados da Geórgia, com economia, parlamento e exército próprios. Houve apoio russo aos separatistas em ambos os casos, razão pela qual Moscou tinha relação conflituosa com a Geórgia (EUROPEAN UNION, 2009; KING, 2008).

De acordo com relatório da União Europeia (2009), a tensão na zona de conflito vinha crescendo há meses. No início de 2008, trocas de tiros haviam ocorrido entre os lados georgiano e osseto, incluindo artilharia pesada. Em julho do mesmo ano, ocorreu o exercício militar conjunto *Immediate Response*, próximo à capital da Geórgia, Tiblísi, em que mil soldados dos Estados Unidos treinaram as forças de Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Ucrânia (BANDEIRA, 2013). No mesmo período, tropas russas executaram exercícios militares de grande escala na região do norte do Cáucaso, próxima à fronteira Rússia-Geórgia. E, no início de agosto, dias antes do início do conflito, autoridades da Ossétia do Sul já iniciavam a evacuação de civis para território russo. “De fato, o palco parecia pronto para um conflito militar” (EUROPEAN UNION, 2009, p. 19, tradução nossa).<sup>85</sup>

A guerra durou cinco dias, oitocentas e cinquenta pessoas foram mortas, e mais de cem mil foram deslocadas (EUROPEAN UNION, 2009).<sup>86</sup> As tropas russas conquistaram a cidade de Gori, onde nascera Stalin, e destruíram depósitos de armamentos e bases militares georgianas (BANDEIRA, 2013).

Após o término das hostilidades, em virtude de um acordo de cessar-fogo, “era claro que Abecásia e Ossétia do Sul nunca retornariam ao controle total da Geórgia” (KING, 2008,

---

military and transport centers inside Georgia proper. Russia also beefed up its military presence in Abkhazia, another secessionist province, in the northwestern corner of the country. ”

<sup>85</sup> No original: “Indeed, the stage seemed to be all set for a military conflict. ”

<sup>86</sup> Para mais detalhes acerca da investigação da União Europeia sobre o conflito, ver União Europeia (2009).

s/p, tradução nossa).<sup>87</sup> A Rússia logo reconheceu a independência das duas regiões e prometeu protegê-las. A maior parte dos países, contudo, continuou vendo as regiões como parte da Geórgia (BBC, 2009).

De acordo com Mitchell (2009 *apud* WHITMORE, 2009), uma das principais mudanças decorrentes da guerra dos cinco dias foi o aumento da influência russa sobre as províncias separatistas da Geórgia, que passaram a ser muito mais parte da Rússia. Além disso, tanto a população quanto as lideranças políticas dessas regiões já declararam seu desejo de se separar da Geórgia (LIEVEN, 2008). Nas palavras do presidente Saakashvili (2010, s/p, tradução nossa), os territórios da Ossétia do Sul e da Abecásia “foram, de fato, anexados pela Rússia”.<sup>88</sup>

Como afirma King (2008, s/p, tradução nossa), o conflito significou para a Geórgia “uma afronta a tudo que fora atingido desde a Revolução Rosa de 2003, incluindo a criação de instituições democráticas e a implementação de política externa inabalavelmente pró-Estados Unidos”. Por outro lado, “Para a Rússia, a guerra foi uma resposta firme à liderança georgiana imprudente, e a chance de se opor à influência dos Estados Unidos no quintal de Moscou”.<sup>89</sup> No mesmo sentido, Bandeira (2013, p. 112) afirma que:

Pela primeira vez, desde o desaparecimento da União Soviética, a Rússia colocou os Estados Unidos e a União Europeia diante de uma realidade geopolítica, por meio de decisiva intervenção militar. O presidente Vladimir Putin sempre deixou clara a decisão de não tolerar que a OTAN estendesse sua máquina de guerra às fronteiras da Rússia, ameaçando sua posição estratégica.

Destaca-se que, assim como no caso ucraniano, o Ocidente avançou sua tróica sobre a Geórgia – por meio da expansão da OTAN e da União Europeia, e da promoção da democracia, como demonstrado nesse subcapítulo. E, como resposta, a intervenção da Rússia na Geórgia representou demonstração de força, a fim de advertir ao Ocidente de que a marcha em direção à Geórgia lhe era inaceitável (BANDEIRA, 2013; KING, 2008; MEARSHEIMER, 2014).

<sup>87</sup> No original: “it was clear that Abkhazia and South Ossetia would never return to full Georgian control. ”

<sup>88</sup> No original: “are de facto annexed by Russia. ”

<sup>89</sup> No original: “an affront to all that had been achieved since the Rose Revolution of 2003, including the creation of passably democratic institutions and the implementation of an unwaveringly pro U.S. foreign policy. For Russia, the war was a firm rejoinder to a reckless Georgian leadership and a chance to stand up to U.S. influence in Moscow's backyard. ”

## 4.2. POR QUE A CRISE DA GEÓRGIA É CULPA DO OCIDENTE?

O Capítulo 3 demonstrou por que a crise da Ucrânia de 2014, segundo Mearsheimer (2014), foi culpa do Ocidente. De acordo com o autor, três *elementos críticos* da atuação do Ocidente na Europa justificam tal afirmação – expansão da OTAN e da União Europeia, e promoção da democracia. O Capítulo 4, por sua vez, na seção 4.1., constatou que os três *elementos críticos* presentes no caso ucraniano se manifestaram também na Geórgia, isto é, houve aproximação entre União Europeia e Geórgia (EUROPEAN COMMISSION, 2016b; EUROPEAN UNION, 2016c), a OTAN declarou, em 2008, que a Geórgia se tornaria membro da organização (NATO, 2008), e a Geórgia passou por uma revolução colorida financiada e instigada pelo Ocidente (SUSSMAN; KRADER, 2008).

Em vista disso, a tarefa do presente subcapítulo é verificar, por comparação com a crise da Ucrânia, se a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente, conforme a teoria realista ofensiva (MEARSHEIMER, 2001). Para tanto, o subcapítulo é dividido em duas partes: (1) apresentação da importância estratégica da Geórgia para a Rússia, com o intuito de demonstrar que a Geórgia, assim como a Ucrânia, representa interesse estratégico fundamental para a Rússia, e (2) comparação entre as duas crises, para comprovar que a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente.

Em 2010, o presidente da Geórgia, Saakashvili, proferiu um discurso intitulado *Why Georgia Matters* (Por que a Geórgia Importa). Segundo Saakashvili (2010), duas razões principais respondem à pergunta: (1) porque a Geórgia é “porta de entrada de energia” para a Europa (SAAKASHVILI, 2010, p. 7, tradução nossa),<sup>90</sup> e (2) porque ela se tornou um “laboratório de transformação europeia” (SAAKASHVILI, 2010, p. 2, tradução nossa).<sup>91</sup> Esses dois pontos levantados por Saakashvili (2010) serão apresentados a seguir e ilustram a importância estratégica da Geórgia para a Rússia.

O primeiro ponto levantado por Saakashvili (2010) – Geórgia enquanto *porta de entrada de energia* para a Europa – faz referência, sobretudo, à posição geográfica do país, como indicado no Mapa 11

---

<sup>90</sup> No original: “energy gateway”.

<sup>91</sup> No original: “laboratory of European transformation”.

Mapa 11 – Cáucaso e Ásia Central



Fonte: KUCHINS, 2015.

O Mapa 11 mostra a posição geográfica da Geórgia – situada ao sul da Rússia e ao norte do Oriente Médio, entre o Mar Cáspio e o Mar Negro, e conectando a Ásia Central à Europa. Mas, ainda assim, não fica claro o porquê de a Geórgia se configurar, segundo Saakashvili (2010), como *porta de entrada de energia* para a Europa.

Em suma, a razão para a Geórgia exercer esse papel destacado por Saakashvili (2010) decorre do fato de que a bacia do Mar Cáspio é rica em recursos naturais, e a Geórgia desempenha, por conectar a região do Cáspio à Europa, papel de rota de transporte dos recursos dessa região para o continente europeu. Seguindo a mesma linha de Saakashvili (2010), por exemplo, Lynch (2006, p. 8, tradução nossa) afirma que “a Geórgia importa, por causa de sua relevância como rota de transporte de bens energéticos da região do Mar Cáspio” para a Europa.<sup>92</sup>

A região da bacia do Mar Cáspio, citada por Lynch (2006), é rica em petróleo e gás natural, em especial os países que margeiam sua baía oriental – Turcomenistão e Cazaquistão

<sup>92</sup> No original: “Georgia matters because of its importance as a transit route for energy goods from the Caspian Sea region.”

– e, em menor medida, a baía ocidental – Azerbaijão.<sup>93</sup> Esses três países são os que mais se destacam na região, não excluindo, contudo, o potencial dos demais (BANDEIRA, 2013). Segundo o autor, esses países

Eram as repúblicas mais pobres da extinta União Soviética, mas possuíam vastas reservas de petróleo, iguais ou maiores do que as da Arábia Saudita, e as mais ricas reservas de gás natural do mundo, comprovadamente mais de 236 trilhões de metros cúbicos, praticamente fechadas (BANDEIRA, 2013, p. 66).

Somando a capacidade energética dos três países citados à dos demais da região, a administração do presidente Bill Clinton estimava, em 1994, que havia reservas de cento e sessenta bilhões de barris de petróleo na bacia do Mar Cáspio, bem como as maiores reservas de gás natural do mundo. Logo, os Estados Unidos adotaram estratégia de expandir sua influência sobre a região do Mar Cáspio, a fim de

integrar os países do espaço Cáucaso/Ásia Central na órbita euro-atlântica, mediante o envolvimento militar e a política de *regime change* e *nation-building*, instalando governos que permitissem a economia de livre mercado, liberação do comércio e investimentos ocidentais, de forma que pudessem controlar as fontes de energia e as rotas de transporte do gás e do petróleo (BANDEIRA, 2013, p. 65, grifo do autor).

Assim sendo, os Estados Unidos avançaram sobre o Cáucaso e a Ásia Central, em geral, e sobre a Geórgia, especificamente, com o objetivo de assegurar o fornecimento energético originado na região do Cáspio. Segundo o documento *A National Security Strategy for a New Century*, que resume a estratégia norte-americana de segurança, publicado em 1999, “Cáucaso e Ásia Central prósperos e estáveis facilitarão o rápido desenvolvimento e transporte para mercados internacionais dos abundantes recursos de petróleo e gás do Cáspio, com substancial participação comercial dos Estados Unidos” (UNITED STATES, 1999, p. 33, tradução nossa).<sup>94</sup>

Por conseguinte, como afirma Bandeira (2009, p. 30), no cálculo estratégico norte-americano,

<sup>93</sup> De acordo com Bandeira (2013), segundo estimativas do Departamento de Energia dos Estados Unidos, as reservas do Azerbaijão se aproximavam a dois trilhões de metros cúbicos de gás e quinhentos e noventa e quatro milhões de barris de petróleo. As reservas do Cazaquistão eram estimadas em cerca de dois trilhões de metros cúbicos de gás e mais de quatro bilhões de barris de petróleo. E as do Turcomenistão eram avaliadas em torno de três trilhões de metros cúbicos de gás.

<sup>94</sup> No original: “A stable and prosperous Caucasus and Central Asia will facilitate rapid development and transport to international markets of the large Caspian oil and gas resources, with substantial U.S. commercial participation.”





Washington considerava que o transporte do petróleo e gás através de dutos que passavam pelo território da Rússia tornava vulnerável o abastecimento dos mercados ocidentais. Daí que, para evitar possíveis problemas, porquanto a Rússia se afigurava o principal rival dos Estados Unidos, o domínio das reservas e das rotas de petróleo converteu-se em fundamental questão geopolítica e devia ser assegurado, mediante o controle dos países que integraram a União Soviética, com a instalação de regimes pró-Occidente.

Em virtude da preocupação do Ocidente com a vulnerabilidade do abastecimento energético dependente da Rússia, portanto, o Cáucaso recebeu prioridade geopolítica dos Estados Unidos e de seus aliados, pois o Cáucaso “permite às companhias ocidentais desviar da Rússia e do Irã o fluxo de petróleo” e gás (BANDEIRA, 2009, p. 28). Como afirmado por Saakashvili (2010), portanto, a Geórgia se afigurou para o Ocidente como *porta de entrada* para o enorme potencial energético do Mar Cáspio.

Como resultado da penetração do Ocidente no Cáucaso, conforme Saakashvili (2010), a Geórgia se tornou *laboratório de transformação* ocidental.<sup>95</sup> O país foi alvo das políticas norte-americanas de mudança de regime e *nation-building*, como afirmado por Bandeira (2013) – o que se refletiu na Revolução Rosa de 2003, na aproximação da Geórgia com União Europeia e OTAN, bem como na abertura do país para que o capital estrangeiro investisse na construção de gasodutos e oleodutos, ilustrados no Mapa 13 a seguir (BABAYEVA, 2016; AZERBAIJÃO, 2016).

---

<sup>95</sup> Como afirma Saakashvili (2010, p. 3, tradução nossa), por exemplo, “Quando nós assumimos o poder em 2003, a Geórgia era tanto um Estado falido quanto um dos países mais corruptos na Europa e no mundo. Havia caos total dentro do sistema estatal. Nossa economia estava estagnada. Nossa população era mais pobre que nos tempos soviéticos [...]. De acordo com o Banco Mundial, nós somos, agora [sete anos depois da Revolução Rosa], o décimo primeiro país mais atrativo [do mundo] para se fazer negócios. Em 2003, nós estávamos em centésimo trigésimo sétimo lugar”.

No original: “When we took power in 2003, Georgia was both a failed state and one of the most corrupt countries in Europe, and in the world. There was total chaos within the state system. Our economy was stagnating. Our population was poorer than Soviet times [...]. According to the World Bank, Georgia is now the eleventh most attractive country in which to do business. In 2003, we were 137th place.”

Mapa 13 – O Cáucaso como Rota de Transporte de Bens Energéticos do Mar Cáspio para a Europa



Fonte: adaptado de KOCHLADZE, 2016.

Entre os dutos que passam pelo território da Geórgia, o que mais se destaca é o oleoduto Baku-Tiblísi-Ceyhan, que é capaz de transportar um milhão de barris de petróleo por dia e é o segundo maior oleoduto do mundo, estendendo-se dos campos de petróleo do Mar Cáspio até o Mar Mediterrâneo. O oleoduto Baku-Supsa, por sua vez, transporta cento e cinquenta mil barris de petróleo diários do Mar Cáspio ao porto de Supsa, na Geórgia. E o gasoduto Baku-Tiblísi-Erzurum, por fim, transporta seis milhões de metros cúbicos de gás por ano do Azerbaijão à Turquia (BANDEIRA, 2009). Esses dutos, que foram destinados a desviar da Rússia e do Irã o transporte de petróleo e gás do Cáspio, fizeram da Geórgia ator-chave para a estratégia norte-americana desde o fim do governo de Bill Clinton (BANDEIRA, 2013).

Mas, como afirmado anteriormente, o primeiro objetivo dessa seção é apresentar por que a Geórgia se afigura como interesse estratégico fundamental *da Rússia*, e, ao que parece, até esse ponto só foi mostrado por que a Geórgia é interesse estratégico *dos Estados Unidos*. A razão para isso é que a Geórgia, apesar de se localizar na antiga esfera de influência soviética, “não está nas primeiras posições da lista da Rússia de lugares para controlar”, ou melhor, não estava na lista, até que o Ocidente começou a se aproximar da Geórgia



(MARSHALL, 2015a, p. 31, tradução nossa).<sup>96</sup> Assim sendo, a Geórgia apenas se tornou prioridade para a Rússia após a penetração ocidental no Cáucaso.

Salienta-se que a Geórgia não estava na lista de prioridades russas, porque – como se pode observar no Mapa 8, no Capítulo 3 – a Geórgia está fora da planície europeia, ao sul da Cordilheira do Cáucaso. Sendo assim, a Rússia tem uma fronteira natural – composta pela Cordilheira do Cáucaso – entre o seu território e o da Geórgia, o que reduz a importância estratégica da Geórgia para a Rússia (MARSHALL, 2015a).

Apesar da fronteira natural entre os dois países, a Geórgia se tornou interesse estratégico fundamental da Rússia, por causa da ação ocidental no Cáucaso. Como demonstrado anteriormente, o potencial energético do Cáspio, estimado em 1994, inspirou interesse norte-americano, tendo em vista que o estabelecimento de rotas dos campos de petróleo e gás do Azerbaijão, passando pela Geórgia, reduziriam a dependência ocidental em relação ao fornecimento energético da Rússia e do Irã. Em contrapartida, a Rússia interpretou essa penetração ocidental no Cáucaso como ameaça, pois o estabelecimento dessas rotas de fornecimento energético pelo Cáucaso compromete seus objetivos de controlar a oferta de petróleo e gás para a Europa (BANDEIRA, 2013; KOCHLADZE, 2016).

Segundo Kochladze (2016), portanto, essas novas vias de transporte de bens energéticos pelo Cáucaso minam os objetivos de Moscou de monopolizar as rotas de fornecimento de petróleo e gás da Ásia para a Europa. De acordo com o autor, as receitas provenientes do gás natural e do petróleo correspondem a aproximadamente metade do orçamento russo. E, além do mais, o setor energético não é apenas fonte de renda para a Rússia, é um dos principais mecanismos do país para influenciar a política internacional (KOCHLADZE, 2016). “A Gazprom, companhia nacional russa de energia”, por exemplo, como afirma Gallis (et al., 2008, p. 29, tradução nossa),

está se esforçando para controlar partes da rede europeia de distribuição de petróleo e gás natural. Mesmo sem tal controle, boa parte da Europa e do Cáucaso dependem da Rússia para porções de seus suprimentos energéticos. Repetidas interrupções de fornecimento para países consumidores salientam uma dura realidade: a Rússia pode cortar um sustento vital [da Europa] se ela assim quiser.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> No original: “It is not high on Russia’s list of places to control”.

<sup>97</sup> No original: “Russia’s national energy company, is making strong efforts to control parts of Europe’s oil and natural gas distribution network. Even without such control, much of Europe and the Caucasus depend upon Russia for portions of their energy supply. Gazprom’s repeated supply disruptions to customer countries underscores a stark reality: Russia can cut off a vital lifeline if it so desires.”

Portanto, as rotas pelo Cáucaso arruinam o esforço russo de controlar a rede europeia de distribuição de petróleo e gás natural, que corresponde ao seu principal mecanismo de influência sobre a Europa (BANDEIRA, 2013; KOCHLADZE, 2016). Como argumenta Saakashvili (2010),

É precisamente por isso que o Kremlin vai fazer todo o possível para prevenir que nós [Geórgia] obtenhamos sucesso. Eu não disse isso. O presidente Medvedev o disse nessa manhã. Eles continuam a dizê-lo todos os dias. A Geórgia se manteve resiliente e forte, mas a Rússia ocupa ilegalmente vinte por cento do território georgiano [correspondente aos territórios da Ossétia do Sul e Abecásia], e tanques russos aguardam a apenas quarenta e dois quilômetros de Tiblísi.

A aproximação entre Ocidente e Geórgia, enfim, não foi interessante para a Rússia, e, em resposta, como afirma Saakashvili (2010), *o Kremlin vai fazer todo o possível para prevenir que a Geórgia obtenha sucesso, isto é, saia da esfera de influência russa e se integre ao ocidente*. No mesmo sentido, Mearsheimer (2014, s/p, tradução nossa) argumenta que o presidente “Putin procurou manter a Geórgia fraca e dividida – e fora da OTAN”.<sup>98</sup> O interesse estratégico fundamental da Rússia na Geórgia, portanto, é justamente a manter *fraca, dividida e fora da OTAN*, pois essa é a melhor forma de evitar que a Geórgia obtenha sucesso em se tornar rota de transporte dos bens energéticos do Cáspio – e que ela mine os objetivos russos de monopolizar o fornecimento de energia para a Europa (MEARSHEIMER, 2014; KOCHLADZE, 2016).

Tendo demonstrado que a Geórgia representa interesse estratégico fundamental para a Rússia, que era a primeira tarefa desse subcapítulo, será traçado paralelo entre a crise da Geórgia e a crise da Ucrânia, o último passo da pesquisa. Comparar as duas crises significa demonstrar como as principais variáveis explicativas de um caso se manifestam também no outro. Sendo assim, será demonstrado de agora em diante como os elementos explicativos mais relevantes da crise da Ucrânia se manifestaram na Geórgia e, portanto, confirmam a hipótese de que a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente, conforme a teoria realista ofensiva (MEARSHEIMER, 2001).

De acordo com Mearsheimer (2001), como exposto nos capítulos precedentes, os Estados tendem a agir agressivamente, seguindo a tríade comportamental *medo-autoajuda-maximização de poder*. Quando um Estado encara uma situação na qual seus interesses estratégicos fundamentais são ameaçados por outro Estado, a reação mais esperada é que ele

<sup>98</sup> No original: “Putin sought to keep Georgia weak and divided – and out of NATO.”

aja agressivamente para garanti-los, se surgir oportunidade para isso. Portanto, o que se conclui da teoria de Mearsheimer (2001; 2014) é: quando um Estado tem seus interesses estratégicos fundamentais em risco, e se há possibilidade de reverter a ameaça, a tendência é que ele tome medidas – militares, se necessárias; diplomáticas, se possível – para garantir o controle sobre seus interesses estratégicos (MEARSHEIMER, 2014).

Em primeiro lugar, então, deve-se certificar que a Geórgia, assim como a Ucrânia, representa interesse estratégico fundamental para a Rússia. Isso foi constatado anteriormente nessa seção 4.2., tendo em vista que o estabelecimento de rotas de transporte de energia pelo Cáucaso compromete a estratégia russa de controlar o fornecimento de gás natural e petróleo para a Europa, fazendo com que a Geórgia adquirisse maior relevância no cálculo estratégico russo. Desse modo, como afirma Mearsheimer (2014), *manter a Geórgia fraca e dividida* se tornou interesse estratégico fundamental para o Kremlin, pois, com a Geórgia *fraca e dividida*, a viabilidade de manutenção e expansão dos gasodutos e oleodutos que atravessam o Cáucaso é comprometida, favorecendo o controle russo sobre o fornecimento energético para a Europa. A Geórgia, portanto, se configura como interesse estratégico fundamental da Rússia (BANDEIRA, 2013; MEARSHEIMER, 2014; KOCHLADZE, 2016).

Em segundo lugar, deve-se mostrar como esse interesse estratégico fundamental da Rússia – a manutenção da Geórgia *fraca e dividida* – foi ameaçado pelo Ocidente. Em virtude do avanço promovido pelo Ocidente no pós-Guerra Fria, representado pelos três *elementos críticos* da argumentação de Mearsheimer (2014) – avanço da OTAN, promoção da democracia e expansão da União Europeia –, a Geórgia passou por reformas internas que impulsionaram o desenvolvimento do país. Como resultado, a Geórgia se tornou *laboratório de transformação europeia* – a fim de estabilizar o país política e economicamente e dar início aos projetos de construção de gasodutos e oleodutos. Além disso, as forças armadas georgianas também receberam treinamento militar do Ocidente, necessário para garantir a segurança das rotas de transporte energético (SAKASHVILI, 2010; BANDEIRA, 2013). Sendo assim, o Ocidente promoveu diversas reformas na Geórgia para torná-la um país estável, no qual se poderia confiar como rota de fornecimento de energia (BANDEIRA, 2013).

O envolvimento do Ocidente com a Geórgia, no entanto, não agradou aos russos, que sentiram seu interesse estratégico fundamental ameaçado (KOCHLADZE, 2016). Tendo em vista a tríade comportamental *medo-autoajuda-maximização de poder*, então, o mais racional para a Rússia foi agir agressivamente para garantir seu interesse na Geórgia, assim como o fez

posteriormente na Ucrânia. Desse modo, quando surgiu a oportunidade para Moscou intervir na Geórgia, em agosto de 2008, as tropas russas prontamente atravessaram a fronteira e ocuparam o território georgiano, com o intuito de assegurar seus interesses no Cáucaso.

Portanto, como foi constatado pela seção 4.1., os três elementos da argumentação de Mearsheimer (2014) se apresentaram na Geórgia: houve aproximação entre União Europeia e Geórgia, bem como entre OTAN e Geórgia, além de o país ter passado por uma revolução colorida, a Revolução Rosa de 2003. E, como demonstrado pela seção 4.2., a Geórgia constitui interesse estratégico fundamental da Rússia, o qual vinha sendo ameaçado pelo Ocidente devido aos três elementos supracitados. Por conseguinte, conclui-se que a crise da Geórgia, por comparação com a crise da Ucrânia de 2014, é culpa do Ocidente, de acordo com as variáveis apresentadas por Mearsheimer (2014).

## 5. CONCLUSÕES

Tendo em vista o artigo de Mearsheimer (2014) *Why the Ukraine Crisis is the West's Fault* (Por que a Crise da Ucrânia é Culpa do Ocidente), o presente estudo buscou responder à seguinte pergunta: de acordo com a teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001), a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente?

A conclusão é positiva, isto é, a crise da Geórgia foi, sim, culpa<sup>99</sup> do Ocidente, de acordo com a teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001). Para se chegar a tal conclusão, três passos foram tomados.

O primeiro passo consistiu em identificar as variáveis que, para Mearsheimer (2014), conferiram a culpa pela crise da Ucrânia ao Ocidente. Constatou-se que, para o autor, são quatro variáveis centrais, das quais três atendem pelo nome de causas profundas, que são: (1) avanço da OTAN, (2) promoção da democracia, e (3) expansão da União Europeia. Às causas profundas soma-se uma condicionante: (4) a Ucrânia se configura como interesse estratégico fundamental para a Rússia. Assim sendo, o conjunto desses quatro fatores justifica a afirmação de Mearsheimer (2014) de que a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente (MEARSHEIMER, 2014; MEARSHEIMER, 2015).

O segundo passo se resumiu à verificação da presença dos quatro fatores na Geórgia. Tendo constatado que as três causas profundas mais a condicionante se manifestaram no caso da Geórgia, a hipótese inicial foi comprovada: a crise da Geórgia, por análise comparativa com a crise da Ucrânia, foi culpa do Ocidente. O raciocínio adotado, mais especificamente, assumiu duas premissas: (1) a crise da Ucrânia foi culpa do Ocidente, segundo Mearsheimer (2014), e (2) os fatores que causaram a crise da Ucrânia se manifestaram também na crise da Geórgia; logo, as duas premissas estabelecidas levam à conclusão lógica: a crise da Geórgia também foi culpa do Ocidente.

Embora esses dois passos supracitados tenham sido o suficiente para responder à pergunta de partida da pesquisa, eles não respondem à seguinte questão: por qual motivo os quatro fatores indicados por Mearsheimer (2014) conferem a culpa pelas duas crises ao Ocidente?

Para responder à tal pergunta, então, adotou-se o terceiro passo, o qual não possui natureza descritiva, como os anteriores – ou seja, não tratou de identificar e demonstrar como as causas da crise da Ucrânia se manifestaram na Geórgia. O terceiro passo é explicativo. Por isso, recorreu-se à teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001). A ideia central dessa etapa

---

<sup>99</sup> Como já exposto no Capítulo 1, reitera-se que a palavra *culpa* é adotada como sinônimo de *responsabilidade*, não contendo qualquer significado moral ou de juízo de valor.

da pesquisa foi utilizar os conceitos da teoria realista ofensiva para explicar os eventos narrados no trabalho.

O ponto de partida dessa etapa foi a seguinte constatação: Ucrânia e Geórgia representam interesse estratégico fundamental para a Rússia. Interesses estratégicos fundamentais de um Estado, segundo Mearsheimer (2015), são áreas do globo pelas quais um Estado está disposto a lutar e sofrer enormes consequências para assegurar seu controle sobre elas. Desse modo, quando o Ocidente se aproximou da Geórgia e da Ucrânia, num nível que a Rússia considerava além do aceitável, a Rússia adotou medidas militares para garantir seus interesses nos dois países.

A ação do Ocidente adotada no pós-Guerra Fria – expressa pelo avanço da OTAN, pela promoção da democracia e pela expansão da União Europeia – estimulou, portanto, a Rússia a agir agressivamente na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2014. Em outras palavras, a ameaça imposta pelo Ocidente provocou as duas respostas da Rússia, que defendeu seus interesses estratégicos fundamentais. Nesses dois casos, aplica-se, em consonância com a teoria realista ofensiva, a máxima citada por Mearsheimer (2001, p. 36, tradução nossa): “A melhor defesa é um bom ataque”.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> No original: “The best defense is a good offense.”

## REFERÊNCIAS

ARCHICK, Kristin; MORELLI, Vincent. European Union Enlargement. Washington: **Congressional Research Service**, 2014. Disponível em:

<<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RS21344.pdf>>. Acessado em: 17 out. 2016.

ANTELAVA, Natalia. How to Stage a Revolution. Londres: **BBC News**, 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3288547.stm>>. Acessado em: 02 nov. 2016.

AZERBAIJÃO. **Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline Project**. Baku: Azerbaijan Realities, 2016. Disponível em: <<http://a-r.az/en/node/224#.WCzMb9UrLFg>>. Acessado em: 16 nov. 2016.

BABAYEVA, Fatma. 20th Anniversary of East-West Energy Corridor Marked. Baku: **AzerNews**, 2016. Disponível em: <[http://www.azernews.az/oil\\_and\\_gas/96698.html](http://www.azernews.az/oil_and_gas/96698.html)>. Acessado em: 19 nov. 2016.

BANDEIRA, Luiz. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos. In: **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BBC. Georgia ‘Started Unjustified War’. Londres: **BBC News**, 2009. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8281990.stm>>. Acessado em: 07 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Huge Ukraine Rally over EU Agreement Delay. Londres: **BBC News**, 2013a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-25078952>>. Acessado em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Kuchma Warns over Ukraine Chaos. Londres: **BBC News**, 2004a. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4029379.stm>>. Acessado em: 4 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Profile: European Union. Londres: **BBC News**, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-18788906>>. Acessado em: 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Russia: Key Facts. Londres: **BBC News**, 2005a. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/guides/456900/456974/html/nn4page1.stm>>. Acessado em: 17 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Timeline: Battle for Ukraine. Londres: **BBC News**, 2005b. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4061253.stm>>. Acessado em: 26 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Tymoshenko Nominated Ukraine PM. Londres: **BBC News**, 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7130312.stm>>. Acessado em: 04 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ukraine Crisis: Timeline. Londres: **BBC News**, 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26248275>>. Acessado em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ukraine Crowds Warm to Protest. Londres: **BBC News**, 2004b. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4033591.stm>>. Acessado em: 03 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ukraine Protests: ‘Fringe’ Demonstrators Storm Council. Londres: **BBC News**, 2013b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-25177679>>. Acessado em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ukraine Suspends Preparations for EU trade Agreement. Londres: **BBC News**, 2013c. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-25032275>>. Acessado em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ukraine ‘Stealing Europe’s Gas’. Londres: **BBC News**, 2006. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4574630.stm>>. Acessado em: 03 out. 2016.

BLACK, Joseph; JOHNS, Michael. **The Return of the Cold War: Ukraine, the West and Russia**. Nova York: Routledge, 2015.

BRANSTEN, Jeremy. Ukraine: Part Homegrown Uprising, Part Imported Production? Praga: **Radio Free Europe/Radio Liberty**, 2004. Disponível em: <<http://www.rferl.org/a/1056498.html>>. Acessado em: 16 out. 2016.

CERVO, Amado; *et al.* **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHURCHILL, Winston. Sinews for Peace. Missouri: **Westminster College**, 1946. Disponível em: <<https://www.nationalchurchillmuseum.org/sinews-of-peace-iron-curtain-speech.html>>. Acessado em: 18 out. 2016.

CIA. The World Factbook: Russia. Washington: **Central Intelligence Agency**, 2016. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

COHEN, Roger. Yeltsin Opposes Expansion of NATO in Eastern Europe. Nova York: **The New York Times**, 1993. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1993/10/02/world/yeltsin-opposes-expansion-of-nato-in-eastern-europe.html>>. Acessado em: 06 set. 2016.



DUGGAN, Michael. Crisis in Ukraine: when Proxies are Primary. Washington: **Georgetown Journal of International Affairs**, 2015. Disponível em: <<http://journal.georgetown.edu/crisis-in-ukraine-when-proxies-are-primary/>>. Acessado em: 13 out. 2016.

EUROPEAN COMISSION. Eastern Partnership. Bruxelas: **European Comission**, 2016a. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/international-affairs/eastern-partnership/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/international-affairs/eastern-partnership/index_en.htm)>. Acessado em: 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. European Neighborhood Policy. Bruxelas: **European Comission**, 2016b. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/enlargement/neighbourhood/overview/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enlargement/neighbourhood/overview/index_en.htm)>. Acessado em: 18 out. 2016.

EUROPEAN COUNCIL. EU Relations With Georgia. Bruxelas: **Council of the European Union**, 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/en/policies/eastern-partnership/georgia/>>. Acessado em: 28 out. 2016.

EUROPEAN UNION. **A Secure Europe in a Better World**. Buxelas: European Security Strategy, 2003. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>>. Acessado em: 02 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Eastern Partnership. Bruxelas: **European Union External Action**, 2016a. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/topics/eastern-partnership/419/eastern-partnership\\_en](https://eeas.europa.eu/topics/eastern-partnership/419/eastern-partnership_en)>. Acessado em: 17 out. 2016.

\_\_\_\_\_. EU-Georgia Eastern Partnership: Supporting Reforms, Promoting Change. Bruxelas: **EU Neighbourhood Library**, 2015. Disponível em: <<http://www.euneighbours.eu/library/content/eu-georgia-eastern-partnership-supporting-reforms-promoting-change>>. Acessado em: 28 out. 2016.

\_\_\_\_\_. EU-Ukraine Association Agreement “Quick Guide to Association Agreement”. Bruxelas: **European Union**, 2016b. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/071215\\_eu-ukraine\\_association\\_agreement.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/071215_eu-ukraine_association_agreement.pdf)>. Acessado em: 24 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Factsheet EU-Georgia Relations. Bruxelas: **European Union External Action**, 2016c. Disponível em: <[http://eeas.europa.eu/archives/docs/factsheets/docs/eu-georgia\\_factsheet\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/archives/docs/factsheets/docs/eu-georgia_factsheet_en.pdf)>. Acessado em: 28 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia Report. Bruxelas: **European Council**, vol. 1, 2009. Disponível em:

<[http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/30\\_09\\_09\\_iiffmgc\\_report.pdf](http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/30_09_09_iiffmgc_report.pdf)>. Acessado em: 07 nov. 2016.

FAIRBANKS, Charles. Georgia's Rose Revolution. Washington: **Journal of Democracy**, vol. 15, n° 2, p. 110-124, 2004. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/54669>>. Acessado em: 02 nov. 2016.

FAWKES, Helen. Putin Praises Ukraine's Leader. Londres: **BBC News**, 2004a. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3956985.stm>>. Acessado em: 26 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Tension Marks Ukrainian Election. Londres: **BBC News**, 2004b. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3970053.stm>>. Acessado em: 30 set. 2016.

FEUERLICHT, Ignace. A New Look at the Iron Curtain. Durham: **American Speech**, vol. 30, n° 3, oct. 1955, p. 186-189, 1955. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdf/453937.pdf>>. Acessado em: 18 out. 2016.

GALLIS, Paul; et al.. Enlargement Issues at NATO's Bucharest Summit. Washington: **CRS Report for Congress**, 2008. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34415.pdf>>. Acessado em: 04 nov. 2016.

GALLIS, Paul. The NATO Summit at Bucharest, 2008. Washington: **CRS Report for Congress**, 2008. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RS22847.pdf>>. Acessado em: 04 nov. 2016.

GLOBAL SECURITY. 2004 Presidential Election – Orange Revolution. Washington: **Global Security**, 2004. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/ukraine/election-2004.htm>>. Acessado em: 29 set. 2016.

GORDON, Michael. The Anatomy of a Misunderstanding. Nova York: **The New York Times**, 1997. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1997/05/25/weekinreview/the-anatomy-of-a-misunderstanding.html>>. Acessado em: 05 jun. 2016.

GRESSEL, Gustav. **Keeping up Appearances: How Europe is Supporting Ukraine's Transformation**. Londres: European Council on Foreign Relations, 2016. Disponível em: <<http://www.ecfr.eu/publications/summary/16616>>. Acessado em: 24 out. 2016.

HILLE, Kathrin. Ukrainian Port is Key to Russia's Naval Power: Moscow Relies on Sevastopol Black Sea Base for Regional Security. Londres: **Financial Times**, 2014. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/1f749b24-9f8c-11e3-b6c7-00144feab7de>>. Acessado em: 26 out. 2016.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KALB, Marvin. **Imperial Gamble: Putin, Ukraine and the New Cold War**. Washington: Brookings Institution Press, 2015.

KING, Charles. The Five-Day War: Managing Moscow After the Georgia Crisis. Nova York: **Foreign Affairs**, 2008. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2008-11-01/five-day-war>>. Acessado em: 05 nov. 2016.

KOBER, Stanley. NATO Expansion and the Danger of a Second Cold War. Washington: **CATO Foreign Policy Briefing**, nº 38, 1996. Disponível em: <<http://www.cato.org/pubs/fpbriefs/fpb-038.html>>. Acessado em: 08 jul. 2016.

KOCHLADZE, Manana. Geopolitics of South Caucasus. Colônia: **Heinrich Böll Stiftung**, 2016. Disponível em: <<https://ge.boell.org/en/2016/04/01/geopolitics-south-caucasus-georgia-and-oil-prices>>. Acessado em: 16 nov. 2016.

KUCHINS, Andrew. A Vision for Shared Prosperity in Central Asia. Washington: **Center for Strategic & International Studies**, 2015. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/vision-shared-prosperity-central-asia>>. Acessado em: 17 nov. 2016.

KUGAN, Mamayev. “Defence Line” Memorial, Novorossiysk, Russia. Kaliningrado: **Mamayev Kugan**, 2012. Disponível em: <<https://mamayevkurgan.wordpress.com/2012/07/16/defence-line-memorial-novorossiysk-russia/>>. Acessado em: 26 out. 2016.

LEGVOLD, Robert. Managing the New Cold War. Nova York: **Foreign Affairs**, 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2014-06-16/managing-new-cold-war>>. Acessado em: 03 nov. 2016.

LIEVEN, Anatol. The West Shares the Blame for Georgia. Londres: **Financial Times**, 2008. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/95713d6c-6966-11dd-91bd-0000779fd18c>>. Acessado em: 16 nov. 2016.

LUCAS, Edward. **New Cold War**. Nova York: Palgrave, 2014.

LYNCH, Dov. **Why Georgia Matters**. Paris: Institute for Security Studies, 2006. Disponível em: <<http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/why-georgia-matters/>>. Acessado em: 17 nov. 2016.

MACKINNON, Mark. **The New Cold War: Revolutions, Rigged Elections, and Pipeline Politics in the Former Soviet Union**. Nova York: Carrol & Graff Pub, 2007.

MASTERS, Jonathan. The North Atlantic Treaty Organization. Nova York: **Council on Foreign Relations**, 2016. Disponível em: <<http://www.cfr.org/nato/north-atlantic-treaty-organization-nato/p28287>>. Acessado em: 04 jun. 2016.

MARSHALL, Tim. **Prisoners of Geography**. Nova York: Scribner, 2015a.

\_\_\_\_\_. Russia and the Curse of Geography: Want to Understand Why Putin Does What He Does? Look at a Map. Washington: **The Atlantic**, 2015b. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/10/russia-geography-ukraine-syria/413248/>>. Acessado em: 09 nov. 2016.

MEARSHEIMER, John. **An Offensive Realist's View of China and Crimean Crisis**: Tóquio: Tokyo Foundation Forum, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ZV97GUdHzA>>. Acessado em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **The Causes and Consequences of the Ukraine Crisis**. Chicago: Universidade de Chicago, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JrMiSQAGOS4>>. Acessado em: 31 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: the Liberal Delusions that Provoked Putin. Nova York: **Foreign Affairs**, 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>>. Acessado em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: Norton and Company, 2001.

MIELNIZUCK, Fabiano. A Saga da Rússia, do Socialismo ao Capitalismo. Moscou: **Gazeta Russa**, 2015. Disponível em: <[http://gazetarussa.com.br/opiniaio/2015/03/17/a\\_saga\\_da\\_russia\\_do\\_socialismo\\_ao\\_capitalismo\\_29559](http://gazetarussa.com.br/opiniaio/2015/03/17/a_saga_da_russia_do_socialismo_ao_capitalismo_29559)>. Acessado em: 09 nov. 2016.

MITCHELL, Lincoln. **Uncertain Democracy: U.S. Foreign Policy and Georgia's Rose Revolution**. Filadélfia: Imprensa da Universidade da Pensilvânia, 2009.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MYDANS, Seth. Georgian Leader Agrees to Resign, Ending Standoff. Nova York: **The New York Times**, 2003. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/11/24/world/georgian-leader-agrees-to-resign-ending-standoff.html>>. Acessado em: 03 nov. 2016.

NATO. A Short History of NATO. Bruxelas: **North Atlantic Treaty Organization**, 2014. Disponível em: <<http://www.nato.int/history/nato-history.html>>. Acessado em: 05 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Bucharest Summit Declaration**. Bucareste: North Atlantic Treaty Organization, 2008. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_8443.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm)>. Acessado em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Membership Action Plan (MAP). Bruxelas: **North Atlantic Treaty Organization**, 2015a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_37356.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_37356.htm)>. Acessado em: 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. NATO-Russia Relations: the Facts. Bruxelas: **North Atlantic Treaty Organization**, 2016. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_111767.htm?selectedLocale=en#Myths](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_111767.htm?selectedLocale=en#Myths)>. Acessado em: 13 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. The Treaty and Its Fundamental Values and Principles. Bruxelas: **North Atlantic Treaty Organization**, 2013. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_67656.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_67656.htm)>. Acessado em: 06 set. 2016.

\_\_\_\_\_. The Atlantic Alliance. Bruxelas: **North Atlantic Treaty Organization**, 2015b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/photos\\_122038.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/photos_122038.htm)>. Acessado em: 10 set. 2016.

NICHOL, Jim. Georgia [Republic] and NATO Enlargement: Issues and Implications. Washington: **CRS Report for Congress**, 2008. Disponível em: <<http://congressionalresearch.com/RS22829/document.php?study=Georgia+%5BRepublic%5D+and+NATO+Enlargement+Issues+and+Implications>>. Acessado em: 04 nov. 2016.

OSCE. **Georgia Parliamentary Elections 2 November 2003: OSCE/ODIHR Election Observation Mission Report, Part 1**. Varsóvia: Office for Democratic Institutions and Human Rights, 2004. Disponível em: <<http://www.osce.org/odihr/elections/georgia/22206?download=true>>. Acessado em: 03 nov. 2016.

PARK, Jeanne. The European Union's Eastern Partnership. Nova York: **Council on Foreign Relations**, 2014. Disponível em: <<http://www.cfr.org/europe/european-unions-eastern-partnership/p32577>>. Acessado em: 17 out. 2016.

PLEKHANOV, Sergei. Assisted Suicide: Internal and External Causes of the Ukrainian Crisis. In: BLACK, Joseph; JOHNS, Michael. **The Return of the Cold War: Ukraine, the West and Russia**. Nova York: Routledge, 2015.

PUTIN, Vladímir. **Address by President of the Russian Federation**. Moscou: Federação Russa, 2014. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>>. Acessado em: 11 de nov. 2016.

REISMAN, Michael. Why Regime Change is (Almost Always) a Bad Idea. Washington: **The American Journal of International Law**, vol. 18, n. 3, p. 516-525, 2004. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/3181642?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/3181642?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acessado em: 29 out. 2016.

RINNERT, David. The Eastern Partnership in Georgia: Increasing Efficiency of EU Neighborhood Policies in the South Caucasus? Berlim: **German Institute for International and Security Affairs**, Working Paper FG 5, nº 1, 2011. Disponível em: <[https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/arbeitspapiere/Rinnert\\_EUEasternPartnershipGeorgia.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/arbeitspapiere/Rinnert_EUEasternPartnershipGeorgia.pdf)>. Acessado em: 01 nov. 2016.

SAAKASHVILI, Mikheil. **Why Georgia Matters**. Londres: Chatham House, 2010. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/events/view/156323>>. Acessado em: 15 nov. 2016.

SHARP, Gene. **From Dictatorship to Democracy: a Conceptual Framework for Liberation**. Boston: The Albert Einstein Institution, 2010. Disponível em: <<http://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/09/FDTD.pdf>>. Acessado em: 08 out. 2016.

SCHNEIDER, William. Ukraine's 'Orange Revolution': A Victory of Viktor Yushchenko in Ukraine would Confirm the West's Increasing Influence there. Washington: **The Atlantic**, December 2004 issue, 2004. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2004/12/ukraines-orange-revolution/305157/>>. Acessado em: 28 set. 2016.

SONG, Sandra. A Guide to EU Enlargement. Toronto: **The NATO Association of Canada**, 2015. Disponível em: <<http://natoassociation.ca/a-guide-to-eu-enlargement/>>. Acessado em: 17 out. 2016.

SUSSMAN, Gerald; KRADER, Sascha. Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. Westminster: **Westminster Papers in Communication and Culture**, Vol. 5(3), p. 91-112, 2008. Disponível em: <<https://www.westminster.ac.uk/file/7561/download?token=CYB8Szpq>>. Acessado em: 20 set. 2016.

TALBOTT, Strobe. Why Nato Should Grow. Nova York: **The New York Review of Books**, 1995. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/1995/08/10/why-nato-should-grow/>>. Acessado em: 04 jun. 2016.

TRAYNOR, Ian. Young democracy guerrillas join forces. Tirana: **The Guardian**, 2005. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2005/jun/06/iantraynor>>. Acessado em: 10 out. 2016.

TRENIN, Dmitri. The Revival of the Russian Military: How Moscow Reloaded. Nova York: **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2016-04-18/revival-russian-military>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

TUCKER, Joshua. Enough! Electoral Fraud, Collective Action Problems, and Post-Communist Colored Revolutions. Cambridge: **Perspectives on Politics**, vol. 5(3), p. 535-551, 2007. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/enough-electoral-fraud-collective-action-problems-and-post-communist-colored-revolutions/7D77E56D2AC79DBCEB649CE698BA5584>>. Acessado em: 03 out. 2016.

UNITED STATES. **A National Security Strategy for a New Century**. Washington: The White House, 1999. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=2959>>. Acessado em: 18 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Washington: The White House, 1995. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/doctrine/doctrine/research/nss.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Washington: The White House, 1996. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1996/>>. Acessado em: 28 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **US/USSR: Facts and Figures**. Washington: U.S. Government Printing Office, 1991. Disponível em: <<https://www.census.gov/population/international/files/USSR.pdf>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

UKRAINE. Association Agreement Between the European Union and Ukraine. Kiev: **Ukrainian Government Portal**, 2015. Disponível em: <[http://www.kmu.gov.ua/control/en/publish/article%3Fart\\_id=248279225&cat\\_id=248274610](http://www.kmu.gov.ua/control/en/publish/article%3Fart_id=248279225&cat_id=248274610)>. Acessado em: 24 out. 2016.

UTIASHVILI, Tamta. **Why Is a Small State Like Georgia Important for the USA, the EU and Russia?** Bristol: Universidade de Bristol, 2014. Disponível em: <<http://www.e->

ir.info/2014/06/04/why-is-a-small-state-like-georgia-important-for-the-usa-the-eu-and-russia/>. Acessado em: 16 nov. 2016.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva Publicações S.A., 2002.

WHITMORE, Brian. One Year After 'Independence', Abkhazia and South Ossetia in Legal Gray Zone. Praga: **Radio Free Europe**, 2009. Disponível em: <[http://www.rferl.org/a/Year\\_After\\_Independence\\_Abkhazia\\_South\\_Ossetia\\_In\\_Legal\\_Gray\\_Zone/1808101.html](http://www.rferl.org/a/Year_After_Independence_Abkhazia_South_Ossetia_In_Legal_Gray_Zone/1808101.html)>. Acessado em: 05 nov. 2016.

YORK, Steve. **Bringing Down a Dictator**. Washington: York Zimmerman, 2002.